



Universidade de Brasília

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas
Públicas - FACE Departamento de Gestão de Políticas Públicas - GPP

Isadora Maria F. Cavalcante

**A ATUAÇÃO DA MARCHA DAS MARGARIDAS PARA O
ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA AS MULHERES DO
CAMPO: uma análise comparativa das marchas de 2000 e 2019**

Brasília – DF

2023

Isadora Maria Ferreira Cavalcante

**A ATUAÇÃO DA MARCHA DAS MARGARIDAS PARA O
ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA AS MULHERES DO
CAMPO: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DAS MARCHAS DE 2000 E 2019**

Monografia a ser apresentado como trabalho final de
conclusão de Graduação do curso Gestão de Políticas
Públicas.

Professor Orientadora: Dra. Ana Paula Antunes
Martins

Brasília – DF

2023

Isadora Maria Ferreira Cavalcante

**A ATUAÇÃO DA MARCHA DAS MARGARIDAS PARA O
ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA AS
MULHERES DO CAMPO: uma análise comparativa das
marchas de 2000 e 2019**

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho
de Conclusão do Curso de Gestão de Políticas Públicas da
Universidade de Brasília do (a) aluno (a)

Doutora, Ana Paula Antunes Martins
Professora-Orientadora

Doutora, Suylan Midlej,
Professora-Examinador 1

Doutora, Camilla Santana,
Professora-Examinador 2

Brasília, 25 de julho de 2023

SUMÁRIO

1. Introdução	6
2. Referencial teórico.....	9
3. A Marcha das Margaridas: processos e características.....	15
3.1 Por que “Margaridas”?	15
3.2 Onde estão organizadas, como se veem e quem são as mulheres da Marcha	17
3.3 Edições da Marcha em Brasília.....	20
3.3.1 2000: 2000 razões para marchar contra a Fome, a Pobreza e a Violência Sexista.....	20
3.3.2 2003: 2003 razões para marchar contra a Fome, a Pobreza e a Violência Sexista	22
3.3.3 2007: 2007 razões para marchar contra a Fome, a Pobreza e a Violência Sexista.....	24
3.3.4 2011: 2011 Razões para Marchar por: desenvolvimento sustentável com justiça, autonomia, igualdade e liberdade	26
3.3.5 2015: Margaridas seguem em marcha por desenvolvimento sustentável com democracia, justiça, autonomia, igualdade e liberdade	28
3.3.6 2019: Por um Brasil com Soberania Popular, Justiça, Igualdade e Livre de Violência.....	31
4 Movimento social e a Marcha das Margaridas	35
5 A violência de gênero contra as mulheres do campo.....	37
6.1 Políticas Públicas de Saúde e Segurança e a Conduta dos Profissionais.....	44
7 O tema da violência de gênero na Marcha das Margaridas, uma análise comparativa da primeira Marcha de 2000 e a última de 2019	48
8 Por que é preciso ter políticas públicas voltadas a combater a violência doméstica para as mulheres do campo?.....	57
9 Considerações Finais	59
Referências	62

1. Introdução

A presente pesquisa tem como objetivo realizar uma análise do movimento social Marcha das Margaridas, uma organização de mulheres do campo que se reúne a cada quatro anos em Brasília, com ênfase na sua trajetória nas ações de enfrentamento à violência de gênero. O estudo busca destacar a relevância dos movimentos sociais como instrumentos de atendimento às demandas específicas dessas mulheres e como, ao longo do tempo, a questão da violência doméstica foi incorporada nas discussões promovidas por esse movimento. A pesquisa parte de uma contextualização abrangente, considerando aspectos sociais, econômicos e históricos do Brasil, país que, antes da colonização, tinha seu povo subsistindo por meio da caça, pesca, extrativismo e agricultura, e, após o processo de colonização, vivenciou um período de 388 anos de escravidão.

A presente monografia aborda a realidade das mulheres no Brasil, um país em desenvolvimento com uma população de aproximadamente 214 milhões de habitantes, sendo 108,7 milhões mulheres e 103,9 milhões homens. Dentre essas mulheres, 41 milhões são negras, representando 23,4% do total da população brasileira. Nota-se que 36% da população reside em áreas rurais, sendo que apenas 7,4% são mulheres. Curiosamente, somente 947 mil mulheres assumem a gestão de propriedades rurais, num universo de 5,07 milhões de propriedades (IBGE). De acordo com a FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura), as mulheres trabalhadoras rurais agricultoras familiares constituem 45% da força de trabalho nesse setor e são responsáveis por mais da metade da produção de alimentos consumidos no país. Paradoxalmente, o Brasil ocupa a preocupante posição de 5º país com maior número de homicídios de mulheres, de acordo com o Mapa da Violência de 2015, elaborado pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso). Diante desse cenário, as mulheres do campo se organizaram para enfrentar os desafios de sobrevivência e garantirem seus direitos.

No contexto desta pesquisa, nos deparamos com outra realidade marcada pela violência de gênero no espaço produtivo das mulheres do campo,

o qual desvaloriza o trabalho feminino, restringindo-lhes o acesso a recursos financeiros, sociais e educacionais. O isolamento geográfico e as dificuldades de acesso à informação e comunicação agravam ainda mais as vulnerabilidades que enfrentam (Nexo Jornal, 2022). Importante ressaltar que 70% dos municípios brasileiros com população de até 20 mil habitantes carecem de estrutura para assistir a esse grupo de mulheres (IBGE, 2022). Diante dessa realidade complexa e multifacetada, esta pesquisa busca compreender e analisar a situação das mulheres rurais no contexto da violência de gênero e suas demandas específicas em meio aos desafios enfrentados.

Dado esse quadro, como assistir essas mulheres? Onde estão as lacunas do Estado para com elas? Quem compõe a Marcha da Margaridas? Como a Marcha se organiza? Quais são as conquistas desse movimento? Qual a importância da MM para a defesa de direitos das mulheres no Brasil. Então esta pesquisa trará uma análise multisetorial da atuação da Marcha das Margaridas relacionando com outros movimentos sociais, políticas e programas.

Quanto à metodologia utilizada na realização desse trabalho, ressalta-se que se trata de uma pesquisa qualitativa realizada através de uma abordagem bibliográfica e documental. Considera-se a análise e o estudo na perspectiva empírica, assimilando amplamente o cenário levando em conta todos os dados suscetíveis a serem analisados. Tem-se o propósito de compreender os fenômenos do estudo por meio da obtenção de dados descritivos sobre indivíduos, realidades, processos interativos e participação social (GODOY, 1995).

A partir do método bibliográfico e documental, reúnem-se as contribuições de autores/as indicados/as no referencial teórico deste trabalho, bem como de documentos e notícias relevantes sobre o objeto. Esta pesquisa apresenta, no primeiro momento a descrição do que é a Marcha das Margaridas; quem são as participantes; qual o cenário em que está inserido o movimento de mulheres camponesas; como pensam a violência de gênero e como influenciam decisões.

Após discutir as questões acima, este trabalho busca compreender a participação social das mulheres da Marcha das Margaridas na temática de

violência. Destacar as diferentes edições da Marcha em Brasília ao longo dos anos, desde 2000 até 2019, que reforçaram a luta contra a fome, a pobreza, a violência sexista e a busca por desenvolvimento sustentável, justiça, igualdade e liberdade. Averiguar de que forma a violência de gênero surge como pauta na Marcha da Margarida desde 2000 e as consequências de suas lutas nas políticas públicas brasileiras.

Nesse sentido, esta pesquisa irá analisar as Cartilhas da Marcha da Margaridas, de maneira a identificar a importância desse movimento para a formulação de políticas públicas. Abordando também o cenário atual da demanda dessas mulheres e os movimentos internacionais da Agenda 2030 de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que se relacionam diretamente com a realidade dessas mulheres.

2. Referencial teórico

No texto intitulado "Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação," Lourdes Maria Bandeira, em colaboração com Tânia Mara Campos de Almeida, apresenta uma análise do campo de estudos sobre violência de gênero. Nesse contexto, é exposto que essa forma de violência está intrinsecamente relacionada às desigualdades fundamentadas na condição de sexo, em que o feminino é frequentemente associado à submissão e fragilidade. As relações familiares, estruturadas por hierarquias, são apontadas como o cenário inicial para o surgimento de questões de poder relacionadas ao gênero, que também são influenciadas por fatores como classe social, raça, idade, e outros que definem as posições dentro do núcleo familiar.

Lourdes também destaca no mesmo texto que a concentração da violência recai principalmente sobre as mulheres, manifestando-se em diversas formas, tais como violências patrimoniais, sexuais, psicológicas, morais e físicas, podendo ocorrer tanto em âmbito privado, pessoal e profissional, como também em espaços públicos. Essas violências têm uma longa história de ocorrência, uma vez que as relações desiguais de poder permeiam a vida de todos. Mesmo em um contexto de cidadania formal, onde se possui direitos civis, políticos e sociais, a equidade social não é garantida, pois essas formas de violência estão enraizadas em práticas culturais que perpetuam as desigualdades sociais.

É enfatizado por Lourdes que as violências mais reconhecidas pela maioria dos agentes públicos são aquelas já criminalizadas há bastante tempo, como o assassinato. Ainda existe a resistência em romper com a concepção de que questões pessoais e privadas não devem ser interferidas pelo público, o que tem como consequência a falta de intervenção em casos de violência de gênero. Portanto, ela ressalta a necessidade de tratar as questões de gênero no Brasil com abordagens que envolvam segurança, justiça e saúde, por meio de políticas e ações que considerem a integralidade da mulher, buscando solucionar os casos e atender às suas necessidades de forma ética e com qualidade.

Além disso, o trabalho discute a violência de gênero como uma questão

de saúde pública, conforme discutido por Minayo e Garcia (2016). Essa perspectiva evidencia a importância de tratar a violência como um problema que afeta não somente as vítimas diretas, mas também tem impacto na saúde física e mental da sociedade como um todo, gerando custos significativos para os sistemas de saúde, previdência social e segurança pública. Diante disso, é ressaltada a necessidade de ações intersetoriais que envolvam não somente o setor da saúde, mas também outras áreas do governo, visando prevenir e reduzir a violência de gênero. O entendimento dessa problemática se apresenta como um desafio crucial para o desenvolvimento de políticas públicas mais abrangentes e efetivas, capazes de atender às necessidades específicas das mulheres rurais em situação de violência, contribuindo assim para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Tomando como base o texto "Violência contra as mulheres do campo, das águas e das florestas: reflexões sobre políticas públicas e atendimento" (COSTA, SILVA, SOARES, BORTH, HONNEF, 2017). O texto destaca a importância de políticas públicas que considerem as especificidades dessas mulheres e garantam o acesso adequado a serviços de proteção e assistência contra a violência doméstica. São ressaltados ainda, a necessidade de uma abordagem integrada entre diferentes esferas governamentais, bem como a capacitação dos profissionais de saúde para lidar de forma sensível com a questão de gênero.

Considerando todos os pontos que a Lurdes expõe nesse texto, o que vale refletir é como atender em sua totalidade de carência, as mulheres que se encontram no campo, nas águas e nas florestas? Que estão geograficamente mais distantes de instituições do Estado e conseqüentemente de agentes públicos e atendimentos? E quem são essas mulheres?

O Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil (MMC Brasil) oferece a seguinte definição para responder à pergunta de quem são essas mulheres:

Somos mulheres camponesas:
agricultoras, arrendatárias, meeiras, ribeirinhas,
posseiras, boias-frias, diaristas, parceiras,
extrativistas, quebradeiras de coco, pescadoras
artesaniais, sem-terra, assentadas [...] Mulheres

índias, negras, descendentes de europeus. Somos a soma da diversidade do nosso país. Pertencemos à classe trabalhadora, lutamos pela causa feminista e pela transformação da sociedade (MMC BRASIL, 2013).

O primeiro passo de reconhecimento dessas mulheres como cidadãs já estava dado. Que cria uma base para seguir a luta atrás dos seus direitos. A 5ª edição da cartilha, já publicada pelo Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil (MMC-Brasil, 2004, p. 3), aponta que há conquistas nesse sentido. Mas ainda é uma luta constante. Ainda é comum encontrar mulheres trabalhadoras ruais sem documentos, que trabalham a muito tempo, que constituíram família. E quando nessas situações são invisíveis para o estado. Sem documentos, sem direitos. SALVARO, G. I. J., LAGO, M. C. S., & WOLFF, C. S. (2013). "Mulheres agricultoras" e "mulheres camponesas": lutas de gênero, identidades políticas e subjetividades. *Psicologia & Sociedade*, 25(1), 79-89).

No âmbito desta pesquisa, ao considerarmos todas as evidências apresentadas no referencial teórico, o ponto central de discussão é a violência contra as mulheres que vivem em áreas rurais. Em 2008, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) realizou um levantamento que evidenciou que a escolaridade e o envolvimento em movimentos sociais não oferecem proteção efetiva para essas mulheres, que continuam a sofrer violências domésticas de forma recorrente. O estudo intitulado "VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER RURAL: Desafios para as políticas públicas," apresentado no 14º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais em 2013, por Patrícia Krieger e colaboradores, identificou os seguintes aspectos destacados nesse levantamento: das entrevistadas, 81,5% não dependiam financeiramente de seus maridos para sobreviver, sendo que 61,2% se declararam chefes de família. Além disso, preocupantemente, a pesquisa da CONTAG, realizada com 529 mulheres de diversas regiões do país, revelou que 55,2% delas sofreram algum tipo de violência doméstica e familiar. Dentre essas, 27,6% foram vítimas de ameaças de morte, 11,9% de estupro marital e 4,3% de cárcere privado. Adicionalmente, quase metade das entrevistadas, cerca de 50%, relataram a inexistência de atendimento adequado às mulheres em situação de violência (BAGATINI, 2013, p.27).

No contexto abordado, torna-se evidente que mesmo mulheres que possuem independência financeira ainda enfrentam situações de violência. Além disso, o texto ressalta a dificuldade geográfica enfrentada pelo Estado para oferecer atendimento adequado a essas mulheres, tornando-as um grupo de vítimas cujas experiências muitas vezes não são refletidas nas estatísticas, devido à complexidade de denunciar tais casos. Em muitas situações, as mulheres precisam percorrer longas distâncias de até 60 km, 80 km ou mais para acessarem uma delegacia e obterem atendimento. Essa realidade dificulta o acesso à justiça e aos serviços de apoio, tornando a busca por ajuda ainda mais desafiadora para as mulheres em situação de violência.

Ainda contando com o fator cultural patriarcal de algumas comunidades, que para Sagot (2007, p.31), os agressores conseguem privar ainda mais essas mulheres da sua rede de apoio. E normalização dessa violência, a dificuldade de identificar. Considerando que para as pessoas que estão do outro lado que seria a cidade, com outro estilo de vida já se encontra várias dificuldades para essas mulheres com acesso mais próximo, rede de apoio, pessoas próximas podendo denunciar permanecem nessa situação sem conseguir enxergar podemos imaginar a maior dificuldade que é para as que se encontra no meio rural.

A Marcha das Margaridas (MM) representa o maior e mais efetivo movimento de mulheres no Brasil, atualmente em sua sexta edição. Composto por mulheres do campo, da floresta e das águas, esse movimento tem como objetivo estabelecer diálogos e negociações com o Estado visando atender suas demandas específicas. Dentre as principais pautas abraçadas pela MM, destacam-se temas como biodiversidade e democratização dos recursos naturais, questões relacionadas à terra, água e agroecologia, soberania e segurança alimentar e nutricional, busca por autonomia econômica, melhores condições de trabalho e renda, promoção da educação não sexista, enfrentamento da violência de gênero, garantia da saúde e direitos reprodutivos, além da busca por maior democracia, poder e participação política. O envolvimento ativo das mulheres nesse movimento reflete a disponibilidade da ação pública em dialogar e buscar soluções para os problemas enfrentados por esse grupo.

Por outro lado, ao discutir a ação do Estado frente a esse problema público, podemos recorrer à perspectiva de Pierre Lascoumes e Patrick Le Galès - 2012. Esses estudiosos identificam que os países latino-americanos, incluindo o Brasil, apresentam profundas diferenças políticas, culturais, institucionais e outras. Nesse contexto, a governança é influenciada pela constante metamorfose da ação pública, que está em contínuo processo de mudança e descoberta. Essa realidade complexa e marcada por desigualdades apresenta desafios para o Estado e outros agentes envolvidos na ação pública, pois é necessário encontrar caminhos adequados para atender às necessidades de todos os envolvidos. O enfrentamento das demandas apresentadas pelas mulheres do campo, da floresta e das águas requer, portanto, um olhar sensível e eficiente do Estado, em busca de soluções inclusivas e eficazes.

Observa-se a ausência de uma agenda local específica voltada para essa questão, o que reflete na falta de estrutura dos municípios para atender às diretrizes estabelecidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS), que incluem a saúde da mulher do campo, da floresta e das águas em seu calendário oficial. Essa vulnerabilidade na gestão das políticas contra a violência direcionada a essas mulheres demonstra um claro déficit de comprometimento por parte da ação pública para abordar esse fenômeno em toda a sua complexidade. A responsabilidade muitas vezes é repassada para os municípios, que por sua vez não possuem recursos suficientes para lidar adequadamente com a questão. Por consequência, o Estado também compartilha parte dessa responsabilidade, resultando em uma lacuna na atuação conjunta para enfrentar e prevenir a violência contra as mulheres em contextos rurais e ambientais. Essa problemática foi identificada no 14º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais em 2013, na pesquisa conduzida por Patrícia Krieger e colaboradores, que reforça a urgente necessidade de maior engajamento e cooperação entre os níveis de governo para desenvolver e implementar políticas públicas efetivas, capazes de proporcionar uma proteção abrangente e adequada a essas mulheres vulneráveis. Somente por meio de uma atuação coordenada e comprometida será possível enfrentar de forma mais eficaz o desafio da violência contra as mulheres em contextos rurais, aquáticos e

florestais.

3. A Marcha das Margaridas: processos e características

3.1 Por que “Margaridas”?

Figura 1: Cobertura da Imprensa local sobre o assassinato de Margarida Maria Alves. Jornal O NORTE, João Pessoa – PB, em 14/08/1983



Fonte: Ferreira, Ana Paula Romão de Souza. "Margarida, Margaridas: Memória de Margarida Maria Alves (1933-1983) Através das Práticas Educativas das Margaridas.

A vida de Margarida Maria Alves foi abruptamente interrompida em agosto de 1983, quando foi assassinada com um tiro de espingarda no rosto, em frente à sua residência, ao atender a porta. Até o presente momento, o crime permanece sem solução. Conforme destacado por Ana Paula Romão de Souza Ferreira em seu trabalho intitulado "Margarida, Margaridas: Memória de Margarida Maria Alves (1933-1983) Através das Práticas Educativas das Margaridas", ".. o sangue que escorreu do rosto de Margarida fecundou a terra, e a partir dele surgiram outras margaridas, ainda vivas e pálidas de dor e assombro" (FERREIRA, 2017, p. 14).

Durante doze anos, Margarida Maria Alves atuou como tesoureira e, posteriormente, como presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, na Paraíba. Nesse cargo, ela dedicou-se incansavelmente à defesa dos direitos trabalhistas básicos, como a obtenção da carteira de trabalho, férias, 13º salário e uma jornada de trabalho de oito horas diárias. Ao longo de sua gestão no sindicato, Margarida Maria Alves impetrou mais de cem ações trabalhistas na Justiça do Trabalho de Alagoa Grande, todas elas relacionadas aos grandes proprietários de terras da região (VALADARES, 2019).

"Porque entendo que é melhor morrer na luta do que morrer de fome", essa é uma frase marcante de Margarida Maria Alves, figura fundamental na defesa dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Margarida Maria Alves nasceu como a filha mais nova dentre nove irmãos, sendo seus pais Manoel Lourenço Alves e Alexandrina Inácia da Conceição. Aos seis anos de idade, iniciou seus estudos no sítio Agreste e, aos oito anos, já trabalhava na agricultura. Ela conseguiu concluir a 4ª série do antigo primário e, aos 28 anos, estabeleceu-se na Rua da Olinda, localizada no centro de Alagoa Grande, onde residiu até sua morte. Em 1971, casou-se com Severino Cassimiro Alves e, posteriormente, deu à luz seu único filho, José de Arimatéia Alves, em junho de 1975 (FERREIRA, 2017).

Apesar da interrupção abrupta de sua trajetória, marcada por dedicação e resistência, Margarida Maria Alves se consolida como um símbolo de resiliência e uma fonte inspiradora para a classe trabalhadora em geral,

especialmente para as mulheres que vivem em áreas rurais. A memória e o legado de Margarida Maria Alves, assim como sua luta incansável, ecoam até os dias atuais, manifestando-se por meio da mobilização das mulheres e dos homens do campo. Em seu nome, a cada quatro anos, milhares de "margaridas" provenientes de todas as regiões do país se reúnem em Brasília para participar da Marcha das Margaridas, impelidos pelo clamor por justiça, igualdade e paz no campo e na cidade. Essa poderosa manifestação coletiva reflete a continuidade da voz de Margarida Maria Alves, perpetuando sua busca incessante por uma sociedade mais justa e equitativa (CONTAG, Livroto, 2015).

3.2 Onde estão organizadas, como se veem e quem são as mulheres da Marcha

Inspiradas pela luta de Margarida Maria Alves, a Marcha coordenada pela Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG (CNMTR) assume o nome de Marcha das Margaridas. Atualmente, essa manifestação se configura como uma organização de grande porte, que congrega mulheres de todo o país e seus diversos segmentos, tais como:

Movimento Sindical de Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais (CONTAG, Federações e Sindicatos) e em 16 outras organizações e movimentos, que também compõem a coordenação política da Marcha das Margaridas, a saber: Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE), Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), Grupo de Trabalho (GT) de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia (MAMA), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Marcha Mundial das Mulheres (MMM), Articulação das Mulheres Brasileiras (AMB), União Brasileira de Mulheres (UBM), Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS), Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e dos Povos Extrativistas Costeiros Marinhos (CONFREM), Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados e Assalariadas Rurais (CONTAR), União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES), Coordenação das Organizações de Agricultores Familiares do Mercosul (COPROFAM), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB). Em MARCHA tecemos nossas experiências de vida e de luta, unindo muitas bandeiras em um só movimento. (Plataforma Política. Marcha das Margaridas 2019, p.04).

Essa pluralidade de representações nas articulações políticas da Marcha das Margaridas configura-se como uma estratégia importante para ampliar o

alcance e a abrangência das pautas reivindicadas pelas mulheres do campo, das águas e da floresta, as quais frequentemente enfrentam obstáculos para fazer ouvir suas vozes na esfera pública. A participação de organizações como a CONAQ, que representa as comunidades negras rurais quilombolas, e a CONTAR, que representa os trabalhadores e trabalhadoras assalariados do campo, demonstra uma preocupação em incluir grupos historicamente marginalizados e em situação de vulnerabilidade no debate e na luta por direitos. Adicionalmente, a UNICAFES, representante das cooperativas de agricultura familiar e economia solidária, e a COPROFAM, que representa as associações de agricultores familiares do Mercosul, também se fazem presentes, fortalecendo assim a diversidade e a representatividade das vozes que ecoam na Marcha das Margaridas.

É importante ressaltar que essas diferentes representações não anulam as particularidades das demandas de cada grupo, mas sim enriquecem o movimento ao permitir que as mulheres do campo possam se conectar, dialogar e se apoiar mutuamente, fortalecendo a luta coletiva por justiça social e igualdade de gênero. A diversidade de experiências, saberes e perspectivas presentes na Marcha das Margaridas permite uma reflexão crítica sobre a realidade social e política do país e propicia a construção de alternativas coletivas para a superação dos desafios enfrentados por essas mulheres que se encontram em cenários específicos.

Considerando as informações acima e com o intuito de ampliar a compreensão acerca do tema, é necessário mencionar a autodefinição das mulheres que compõem a Marcha das Margaridas:

Nós, Margaridas, somos muitas em uma: mulheres da classe trabalhadora, mulheres rurais, urbanas, agricultoras familiares, camponesas, indígenas, quilombolas, assentadas, acampadas, sem-terra, assalariadas rurais, extrativistas, quebradeiras de coco, catadoras de mangaba, ribeirinhas, pescadoras, marisqueiras, caiçaras, faxinalenses, sertanejas, vazanteiras, caatingueiras, criadoras em fundos de pasto, raizeiras, benzedeiras, geraizeras, e tantas outras, negras na grande maioria. Exploradas e marginalizadas ao longo da história, habitamos os mais diversos territórios, que por sua vez abrigam diferentes biomas, mosaicos de vida e diversidade. (Plataforma Política. Marcha das Margaridas 2019. p.04).

Traçando o perfil das Margaridas, a CONTAG, em parceria com o Grupo

de Pesquisa "Alimento para Justiça: Poder, Política e Desigualdades Alimentares na Bioeconomia", sediado no Instituto de Estudos Latino-Americanos da Universidade Livre de Berlim, na Alemanha, realizou um estudo para caracterizar as Margaridas e investigar como essas mulheres percebem a organização política da Marcha. Os resultados foram:

- Ao todo, 458 mulheres foram entrevistadas entre os dias 13 e 14 de agosto de 2019;
- Idade das entrevistadas - Até 29 anos (18,6%); De 30 a 39 anos (15,7%); De 40 a 49 anos (23,4%); De 50 a 59 anos (27,3%); Acima de 60 anos (12,2%) e Não informado (2,8%);
- Mais de 70% das entrevistas se declararam como pretas e pardas;
- 55,2%, informaram que residem em área rural;
- 36,9% das entrevistadas disseram morar em área urbana;
- 7,9% alternam o local de residência entre as áreas rural e urbana;
- 40,2% das entrevistadas se apresentaram como trabalhadoras rurais;
- 33,8% das entrevistadas disseram ser agricultoras familiares;
- 18,6% disseram ser trabalhadoras urbanas;
- Também foram registradas assentadas, indígenas, quilombolas, acampadas, camponesas, pescadoras, quebradeiras de côco, extrativistas e ribeirinhas.
- 81,9% das mulheres entrevistadas disseram realizar trabalho doméstico;
- Entre as que declararam morar com cônjuge/companheiro, afirmaram que apenas 15,6% deles participam do trabalho doméstico;
- Das entrevistadas, 55,9% estão envolvidas na produção agrícola na sua família.

Quanto à atividade dessas mulheres, segue informações na tabela abaixo:

Tabela 1: Atividades das entrevistas da pesquisa "Alimento para Justiça: Poder, Política e Desigualdades Alimentares na Bioeconomia"

ATIVIDADES	
Recebe salário mensal	36,7%
Faz regularmente artesanato, doces, geleias ou outros produtos para venda	29,7%
Realiza trabalhos eventuais para complementar renda	42,8%
Estuda	25,1%
Recebe aposentadoria	17,5%
Recebe Bolsa Família	27,5%
Participa de trabalho político em sindicatos, partidos ou movimentos sociais	74,5%
Realiza trabalho voluntário em igrejas	52,4%
Realiza trabalho voluntário em entidades assistenciais ou sociais	55,7%

Fonte: Revista Marcha das Margaridas 2019.

Os dados coletados pelo estudo indicam que a maioria das mulheres entrevistadas é negra e vive em áreas rurais, desempenhando atividades como trabalhadoras rurais ou agricultoras familiares. Além disso, o estudo destaca a diversidade das participantes, incluindo membros de comunidades indígenas, quilombolas e pescadoras. O levantamento também aponta para a desigualdade na divisão do trabalho doméstico e a baixa participação dos companheiros nessas tarefas, resultando em uma dupla jornada de trabalho para essas mulheres. É relevante observar que a maioria das entrevistadas recebe salário mensal e realiza trabalhos externos para complementar a renda, além de se envolver em atividades políticas em sindicatos, partidos e movimentos, representando um percentual de 74,5% e revelando o engajamento e o impacto das ações da Marcha no desenvolvimento de uma consciência política e social dentro do movimento.

3.3 Edições da Marcha em Brasília

3.3.1 2000: 2000 razões para marchar contra a Fome, a Pobreza e a Violência Sexista

De maneira conjunta e articulada, a primeira marcha, em 2000, ocorreu em adesão à Marcha Mundial das Mulheres, envolvendo 20 mil mulheres de todo o Brasil. Constituiu-se como um movimento próprio e permanente, que ocorre a cada quatro anos. Por conseguinte, foram realizadas marchas em 2003, 2007, 2011, 2015 e 2019, tornando-se a maior e mais efetiva ação de mulheres do campo, das florestas e das águas, reunindo, em sua última edição, 100 mil mulheres no centro de Brasília (SILVA, 2014).

As mulheres afirmam seu espaço político e reivindicam não apenas seus direitos trabalhistas, mas também a dignidade para todos, lutando por um país

com soberania popular, democracia, justiça e livre de violência. Elas reconhecem a necessidade de transformar as estruturas do mundo para mudar a vida de todas as mulheres (PLATAFORMA POLÍTICA, Marcha das Margaridas 2019, p. 11). Ao mesmo tempo, elas não deixam de lado as lutas históricas do movimento feminista, estabelecendo novos objetivos que se atualizam de acordo com as demandas emergentes (SILVA, 2014).

A marcha foi iniciada em 2000 com o lema "2000 razões para marchar contra a fome, a pobreza e a violência sexista". Nessa manifestação pública, cerca de vinte mil mulheres trabalhadoras rurais se reuniram em Brasília. A marcha ocorreu em conjunto com a Marcha Mundial das Mulheres, que teve a participação de 159 países e tinha como objetivo transformar o sistema capitalista, patriarcal e machista. A partir desse momento, uma nova etapa foi desencadeada na luta das mulheres no Brasil (SILVA, 2014).

As mulheres que escolhiam participar da marcha tinham que superar vários obstáculos, principalmente financeiros, para chegar às ruas de Brasília e marchar. Para tanto, as participantes se articularam de diversas maneiras para arrecadar recursos. Além disso, organizaram-se com estudos, seminários, rodas de conversa e debates, visando a identificação precisa de seus objetivos e necessidades, construindo coletivamente suas demandas ao Estado. Como resultado, foi elaborado um documento conciso com reivindicações específicas, que foi entregue ao então presidente da época, Fernando Henrique Cardoso (SILVA, 2014).

Nesse momento, as reivindicações estavam voltadas para a reforma agrária e o acesso à terra, a defesa dos direitos trabalhistas das mulheres, a luta contra a violência de gênero e a garantia de acesso à saúde, à educação e à alimentação de qualidade, além da proteção do meio ambiente e a valorização do trabalho das mulheres rurais, viabilizando o acesso à produção de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável (TEXTO BASE MARCHA 2000).

Figura 2: Margaridas em Brasília em 2000



Fonte: Marcha das Margaridas por Claudia Pereira.

3.3.2 2003: 2003 razões para marchar contra a Fome, a Pobreza e a Violência Sexista

A marcha de 2003, mais uma vez histórica, reuniu cerca de 50 mil participantes. Nessa edição, as participantes reforçaram as pautas anteriores e trouxeram novas demandas. Elas lutaram contra o avanço do agronegócio e defenderam a soberania alimentar. Também denunciaram a violência de gênero e reivindicaram políticas públicas específicas para atender às suas necessidades, como o acesso à água e a construção de escolas e postos de saúde nas áreas rurais. As mulheres estavam organizadas nos seguintes eixos:

- A Reforma Agrária como instrumento para o desenvolvimento ruralsustentável;
- Organização da Produção das Mulheres Trabalhadoras Rurais;
- Meio Ambiente – Promover a sustentabilidade com agroecologia e um novopadrão energético;
- Por uma Política de Valorização do Salário Mínimo;

- Saúde Pública com Assistência Integral à Mulher;
- Contra a Violência Sexista e todas as formas de discriminação e violência nocampo;
- Ações Afirmativas de Valorização das Mulheres Rurais;
- Garantia e ampliação dos direitos previdenciários;
- Por uma Educação do Campo.

Fonte: Texto Base Marcha 2003. Observatório Margaridas.

Esta edição da marcha é especial, pois ocorreu durante o primeiro mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, gerando entusiasmo e expectativas. Pela primeira vez, após a apresentação da pauta, o governo direcionou as demandas para as áreas de competência dos ministérios correspondentes, respondendo assim às reivindicações da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais. Essa comissão é composta por dirigentes sindicais de todos os estados e do Distrito Federal, além das organizações parceiras (SILVA, 2014).

A Marcha de 2003 trouxe resultados animadores. Um desses resultados foi a criação, no Programa Nacional de Agricultura Familiar – PRONAF Mulher, de uma linha de crédito específica para mulheres. A partir dessa marcha, também ocorreu a titulação conjunta de terras, onde o nome da mulher e do homem passaram a constar juntos nos documentos. Outras conquistas incluíram o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural e a Coordenadoria de Educação do Campo no Ministério da Educação. Além disso, houve uma reestruturação das negociações com o Ministério da Saúde em relação ao Projeto de Formação de Multiplicadoras e Multiplicadores em Gênero, Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos. Essas ações demonstram o comprometimento da Secretaria de Políticas para as Mulheres em realizar campanhas educativas para prevenir e enfrentar a violência contra as mulheres (TEXTO BASE MARCHA 2003).

Embora as maiores questões estruturais identificadas por elas não tenham sido acolhidas conforme o esperado, em virtude do longo processo de formulação e estudos exigidos, o protagonismo das Margaridas como sujeito político foi garantido. Ao ocuparem diversos espaços de diálogo, negociação e

construção de políticas públicas voltadas para as mulheres, as Margaridas deixaram uma marca irrecusável na história dos movimentos sociais brasileiros (SILVA, 2014).

Figura 3: Mulheres marchando até a Esplanada dos Ministérios em 2003



Fonte: Marcha das Margaridas por Claudia Pereira.

3.3.3 2007: 2007 razões para marchar contra a Fome, a Pobreza e a Violência Sexista

Na edição de 2007, aproximadamente setenta mil pessoas se reuniram em Brasília. Em comparação com as edições anteriores, essa Marcha trouxe modificações marcantes, dentre as quais se destacou a realização em dois dias distintos. No primeiro dia, as atividades ocorreram no Parque da Cidade, onde foram realizados palestras e debates de conscientização, com o objetivo de discutir os temas do plano político que haviam sido previamente considerados nas atividades preparatórias da Marcha. Entre as convidadas estava Maria da Penha, que abordou o tema da violência de gênero. No segundo dia, as participantes marcharam até o Congresso Nacional (SILVA, 2014).

Dentre as inovações apresentadas, destaca-se a entrega antecipada do documento com as reivindicações ao Governo, realizada 27 dias antes da realização do evento. Essa medida foi adotada com o intuito de divulgar, ao final da marcha, os pontos que foram objeto de negociação com o Governo. Além disso, o presidente Lula e vários políticos estiveram presentes, anunciando os resultados e conquistas obtidos nesta edição de 2007. Algumas das pautas atendidas foram as seguintes:

Quadro 1: Pautas da Marcha das Margaridas 2007

- Ampliar o Programa Nacional de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural, assegurando Unidades Móveis em todos os estados, e recursos financeiros para universalizar o acesso das trabalhadoras assentadas, agricultoras familiares e assalariadas.
- Encaminhar ao Congresso Nacional solicitação para que o Projeto de Lei nº. 6852/2006, que trata de novas regras para a previdência rural, volte a tramitar em regime de urgência constitucional, e que seja garantida a sua aprovação nos termos negociados.
- Criar um Programa Nacional de Apoio e Fortalecimento de Experiências Produtivas agrícolas e não-agrícolas, geradoras de renda, para mulheres trabalhadoras rurais das diversas regiões do país.
- Instituir o Fórum Nacional de Combate à Violência social e doméstica contra as Mulheres do Campo e da Floresta.

Fonte: Texto Base Marcha 2007.

As Margaridas foram fortalecidas mais uma vez em seu papel protagonista na política. Decidiu-se que, anualmente, em agosto, um grupo menor de mulheres retornaria à jornada das Margaridas para promover um diálogo eficiente sobre a política de pauta, avaliar os pontos negociados e abordar questões em aberto (SILVA, 2014).

Figura 4: Presidente Lula e várias outras personalidades importantes do país e do movimento no fechamento da Marcha de 2007



Fonte: Marcha das Margaridas por Claudia Pereira.

3.3.4 2011: 2011 Razões para Marchar por: desenvolvimento sustentável com justiça, autonomia, igualdade e liberdade

Como combinado, em 2011, elas retornaram a Brasília com a seguinte pauta: "Desenvolvimento sustentável com justiça, autonomia, igualdade e liberdade". Fortalecendo sua trajetória, essa Marcha reuniu cem mil mulheres, não apenas trabalhadoras do campo, da floresta e das águas, mas também de diversas outras categorias, idades e etnias. Assim como nas edições anteriores, foram dois dias intensos de aprendizado, trabalho e estudos (SILVA, 2014).

No entanto, desta vez, a Marcha foi dividida em alas que abordavam os seguintes eixos da plataforma das margaridas: Biodiversidade e Democratização dos Recursos Naturais; Terra, Água e Agroecologia; Soberania

e Segurança Alimentar e Nutricional; Autonomia Econômica, Trabalho e Renda; Educação Não Sexista, Sexualidade e Violência; Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos; Democracia, Poder e Participação Política. Esse documento foi elaborado em conjunto com várias organizações feministas, destacando-se a colaboração da Articulação Nacional das Mulheres Brasileiras e da União Brasileira de Mulheres na construção da pauta que seria entregue ao governo (SILVA, 2014).

O encerramento dessa edição, que ocorreu na "Cidade das Margaridas", contou com a presença de diversas personalidades e autoridades, assim como nas edições anteriores. No entanto, é importante ressaltar que, nesta edição, o Brasil tinha sua primeira mulher presidente, que manifestou empenho em dar continuidade ao diálogo e atender às demandas dessas mulheres junto ao governo. Dentre todas as reivindicações, destacam-se as seguintes:

Quadro 2. Demandas específicas da dessa edição da Marcha e sua situação

Demandas em Processo	Atendidas
Agilizar os processos em tramitação, para a criação das Reservas Extrativistas – RESEX, como estratégia para preservar a biodiversidade, garantir o acesso das mulheres a terra e aos recursos naturais, fundamentais à produção sustentável e ao reconhecimento dos direitos das populações tradicionais, extrativistas, quilombolas e indígenas.	Criar um programa que promova a massificação da transição agroecológica nas unidades familiares de produção, assegurando: a) articulação entre produtoras e produtores de alimentos agroecológicos e consumidores (...); b) incentivo e apoio à produção agroecológica com a garantia de ATER pública (...); c) readequação do crédito rural, tributação diferenciada, comercialização, geração de conhecimentos e tecnologias (...); d) visibilidade e valorização da produção (...); e) articulação do Projeto Alternativo Integrado Sustentável – PAIS aos quintais produtivos implementados pelas mulheres; f) valorização de práticas em agroecologia protagonizadas pela juventude do campo e da floresta (...).
Criar um Programa Interministerial para a Promoção da Alimentação Saudável, de base agroecológica, com valorização da cultura alimentar, dos saberes locais e estímulo aos circuitos locais de produção e comercialização na perspectiva da soberania e segurança alimentar e nutricional. Para tanto deve garantir pública, ações de capacitação, divulgação, além de promover a participação efetiva das mulheres trabalhadoras do campo e da floresta.	Assegurar a pronta implementação do GT Interministerial, coordenado pelo MEC, com a participação dos movimentos sociais, que tem por objetivo a construção de critérios e referenciais para a construção de creches públicas no campo e na floresta.
	Implantar, até 2013, no âmbito do Pacto Nacional de Enfrentamento a Violência contra as Mulheres, 54 unidades móveis, incluindo barcos para a região amazônica, para atendimento às mulheres trabalhadoras do campo e da floresta em situação de violência, e cumprir em 2011 a meta de 15 unidades móveis.

Fonte: Tabela Autoral com os dados do Texto Base Marcha 2011. Observatório Margaridas.

Mais uma vez, a Marcha das Margaridas resultou em conquistas significativas, consolidando-se como um movimento articulado e relevante de mulheres, fruto de uma longa trajetória de luta e estudos em prol da construção sólida desse movimento.

Figura 5. Presidenta Dilma e várias outras personalidades importantes do país no fechamento do Marcha de 2011



Fonte: Marcha das Margaridas por Claudia Pereira.

3.3.5 2015: Margaridas seguem em marcha por desenvolvimento sustentável com democracia, justiça, autonomia, igualdade e liberdade

A 5ª Marcha, com o lema "Margaridas seguem em marcha por desenvolvimento sustentável com democracia, justiça, autonomia, igualdade e liberdade", realizada em 2015, marcou a inclusão da denominação "mulheres das águas". Assim como na edição anterior, reuniu cerca de cem mil mulheres

em Brasília. Mesmo diante de um cenário político nacional complexo, elas se mantiveram dispostas, persistentes em suas reivindicações e, principalmente, na defesa da democracia no Brasil.

Diante da situação do país, elas se posicionaram enfatizando o "combate a qualquer tipo de desrespeito, intolerância, incitação ao ódio e violência contra as mulheres". Formularam uma nota oficial expressando seu total descontentamento com a conjuntura que está se formando no Brasil, anunciando:

Companheiras, mulheres de todo o Brasil, trabalhadoras do campo, da floresta e das águas, mulheres trabalhadoras das cidades, SEGUIMOS EM MARCHA! A conjuntura que se desenha pós-eleições exige que as Margaridas assumam a mesma postura que lhes exigiu coragem e ousadia para reconduzir Dilma Rousseff à Presidência da República, contra a candidatura apoiada massivamente pelos setores conservadores. Findada as eleições, entendemos que devemos seguir na luta nos afirmando neste momento de disputas como sujeitos de direitos e sujeitos políticos a fim de garantir reformas políticas capazes de proporcionar mudanças em estruturas históricas que ainda sustentam as desigualdades e a discriminação no Brasil". (Nota Oficial . Margaridas demarcam posição frente à atual conjuntura política nacional e combatem qualquer tipo de desrespeito, intolerância, incitação ao ódio e violência contra as mulheres. 2015.)

Assumindo o compromisso com a transformação da sociedade, as participantes se articulam, nesta edição, em torno dos seguintes eixos:

Quadro 3 - Eixos da Marcha das Margaridas 2015

- Eixo 1 – As Margaridas na Luta por Terra, Água e Agroecologia: Pilares de Sustentação da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional;
- Eixo 2 – Margaridas em defesa da Sociobiodiversidade e dos Bens Comuns;

- Eixo 3 – Margaridas em defesa da Autonomia Econômica, do Trabalho e da Renda para as Mulheres do Campo, da Floresta e das Águas;
- Eixo 4 – Margaridas em defesa da Educação Não-Sexista, da Educação Sexual e da Sexualidade vivida com Liberdade;
- Eixo 5 – As Margaridas no Enfrentamento à Violência contra as Mulheres;
- Eixo 6 – Margaridas em defesa do Direito à Saúde e aos Direitos Reprodutivos;
- Eixo 7 – Margaridas em defesa da Democracia, do Poder e da Participação das Mulheres.

Fonte: Documento Base. Marcha das Margaridas 2015.

Na edição em questão, as participantes da Marcha foram alocadas no Estádio Mané Garrincha, onde encerraram as atividades, demonstrando sua posição de denúncia e resistência em apoio à então presidente Dilma, durante o processo de impeachment. Em agradecimento ao apoio recebido, o presidente reiterou sua disposição em atender às reivindicações apresentadas, anunciando diversos avanços, tais como:

- Parcerias com as forças policiais que atuam em nível local para que as mulheres vítimas de violência sejam assistidas de maneira correta e haja de fato prevenção da violência e do feminicídio;
- Dilma disse ainda ter assinado decreto com as novas regras do Programa Nacional de Crédito Fundiário, após 17 anos sem revisão;
- Ampliação dos limites de renda familiar anual e patrimônio familiar máximo para que as famílias possam requisitar crédito. Os valores dobraram, foram para R\$ 30 mil e R\$ 60 mil, respectivamente;
- Até 2018, o Ministério da Educação garantirá 1,2 mil espaços nas escolas para creches.
- A Conclusão da implantação em escolas rurais existentes para atender crianças prioritariamente de 4 e 5 anos;
- Implantação de pelo menos mais 100 mil cisternas produtivas até 2018,

garantindo água para produção e implantação de quintais produtivos agroecológicos;

- Continuação da elaboração do Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos.

Fonte: Marcha das Margaridas: Dilma promete combater violência contra a mulher no campo; 12/08/2015.

Mesmo diante de um cenário político desfavorável, os anúncios realizados pela presidente Dilma, na ocasião, foram relevantes. Contudo, a resposta apresentada pelo presidente, embora tenha sido rápida, não atendeu às expectativas das Margaridas, uma vez que apenas alguns dos 140 pontos apresentados foram abordados. Mesmo assim, elas mantiveram um tom esperançoso e disposição para continuar lutando pela implementação das promessas feitas.

Figura 6. Presidenta Dilma, no fechamento da Marcha



Fonte: Lula Marques/Agência PT

3.3.6 2019: Por um Brasil com Soberania Popular, Justiça, Igualdade e Livrede Violência

Em 2019, as Margaridas enfrentaram um cenário político menos favorável, marcado pelo impeachment da ex-presidente Dilma e a eleição de

Jair Bolsonaro, que se apresentou com um discurso de direita e postura contrária aos movimentos sociais de esquerda. Com isso, a Marcha trouxe como lema "Margaridas na luta por um Brasil com soberania popular, democracia, justiça, igualdade e livre de violência". Enfatizaram o combate à violência, que foi apresentado nos slogans da Marcha em três edições anteriores e retomou a centralidade frente a um contexto de emergência da violência contra mulheres e a população do campo, das águas e da floresta, que ganham impulso com a repressão dos movimentos populares (TEIXEIRA, 2021).

No contexto atual, as Margaridas consolidam alianças, como a Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e dos Povos Extrativistas Costeiros Marinhos (CONFREM), a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) e o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), organizações que compõem uma rede transnacional de movimentos camponeses e que, no território brasileiro, aglutinam diversos movimentos rurais em uma corrente política distinta da CONTAG e a representação das mulheres das águas na comissão organizadora da Marcha, o que denota a importância da luta pelos direitos das mulheres das águas que se reuniram novamente em Brasília, cerca de cem mil mulheres (TEIXEIRA, 2021).

No entanto, é importante ressaltar que, nesta edição, as Margaridas tomaram a decisão estratégica de não entregar uma lista de reivindicações aos agentes do poder executivo, prática realizada em edições anteriores. Isso se deve ao fato de que, nesse contexto político, negociar com o governo seria visto como uma validação do mesmo, corroborando com a normalidade democrática (TEIXEIRA, 2021). Em vez disso, um documento da sua Plataforma Política direcionado à sociedade, organizações nacionais e internacionais foi elaborado nos seguintes eixos:

Quadro 4 - Eixos da Marcha das Margaridas 2019

- Eixo 1: por Terra, Água e Agroecologia;
- Eixo 2: Pela Autodeterminação dos Povos, com Soberania Alimentar e Energética;

- Eixo 3: Pela Proteção e Conservação da Sociobiodiversidade e Acesso aos Bens Comuns;
- Eixo 4: por Autonomia Econômica, Trabalho e Renda;
- Eixo 5 – por Previdência e Assistência Social, Pública, Universal e Solidária.
- Eixo 6 - por Saúde Pública e em Defesa do SUS;
- Eixo 7 - por uma Educação Não-sexista e Antirracista e pelo Direito à Educação do Campo;
- Eixo 8 – pela Autonomia e Liberdade das Mulheres sobre o seu Corpo e a sua Sexualidade;
- Eixo 9: por uma Vida Livre de todas as Formas de Violência, Sem Racismo e Sem Sexismo;
- Eixo 10: por Democracia Com Igualdade e Fortalecimento da Participação Política das Mulheres;

Fonte: Documento Base. Marcha das Margaridas 2019.

As Margaridas, juntamente com a Marcha das Mulheres Indígenas, concluíram sua jornada no Congresso Nacional, em uma cena que se diferenciou das edições anteriores, uma vez que não houve presença do presidente. Consequentemente, as Margaridas demonstraram uma resistência explícita ao discurso de opressão das mulheres que prevalece no contexto político atual, conforme avaliação realizada pela comissão organizadora e antidemocrática (TEIXEIRA, 2021).

Figura 7. Participantes da Marcha se dirigindo à Esplanada dos Ministérios em Brasília



Fonte: O Globo, 2019.

4 Movimento social e a Marcha das Margaridas

A partir do conceito apresentado por Maria da Glória Gohn (2011), entende-se que os movimentos sociais são ações coletivas de natureza sociopolítica e cultural, nas quais diferentes segmentos da população se organizam e expressam suas demandas. Esses movimentos caracterizam-se como forças sociais organizadas, que reúnem pessoas em torno de causas, interesses e objetivos comuns, e possuem uma dimensão predominantemente política. As pessoas envolvidas nesses movimentos direcionam sua energia para pressionar e denunciar, em processos que podem exigir tempo, sem necessariamente serem institucionalizados, com o objetivo de influenciar a opinião pública e pressionar o Estado para atender às suas demandas ou promover mudanças estruturais na sociedade.

Considerando as definições dos movimentos sociais a partir das abordagens comportamental-funcionalista, histórica e estrutural e cultural, podemos observar que cada uma delas apresenta uma perspectiva distinta. A abordagem comportamental funcionalista desqualifica os movimentos sociais, considerando-os como manifestações irracionais das massas na cena política, interpretadas como distúrbios e bagunças que devem ser controlados. Por sua vez, a abordagem histórica e estrutural baseia-se na teoria social crítica de Marx, que explica os processos de transformação social por meio do conceito de luta de classes. Dessa forma, os movimentos sociais são compreendidos como expressões das lutas de classes na sociedade. Por fim, a abordagem cultural destaca os processos de construção de identidade, nos quais diferentes tipos e formas de pertencimento são fundamentais, como o território, a etnia, a religião, a idade, o gênero e a orientação sexual. Essa abordagem tem sido utilizada para explicar os novos movimentos sociais que surgiram na contemporaneidade.

Portanto, de acordo com as definições de Maria da Glória Gohn (2011), pode-se afirmar que a Marcha das Margaridas exemplifica um movimento social. A marcha apresenta características de uma "força social organizada", que reúne pessoas com interesses, causas e objetivos em comum. A mobilização

realizada pela Marcha é uma demonstração clara desse fato, pois reuniu cerca de 100 mil mulheres e é considerada o maior Movimento de Mulheres do Campo da América Latina. Além disso, a Marcha busca conquistar seu espaço político nas decisões, o que é outro traço distintivo de um movimento social. As participantes estão comprometidas com a luta por suas demandas e estão dispostas a contribuir para uma mudança estrutural na sociedade.

No caso da Marcha das Margaridas, elas representam ações de insurreição e insubordinação aos modelos políticos existentes, que se mostram insuficientes para atender às demandas das mulheres (MARTINS, 2018, p. 240). A Marcha das Margaridas e outras manifestações semelhantes possuem uma dimensão agregadora, contando com a presença de diversas organizações da sociedade civil e apoio de instituições públicas, ao mesmo tempo em que também há uma perspectiva autonomista, que questiona as formas tradicionais de representação e exercício do poder. Apesar das políticas sociais implementadas e da participação das mulheres no poder, ainda surgem tensões e desafios para a visibilização de outras pautas (MARTINS, 2018, p. 243).

5 A violência de gênero contra as mulheres do campo

Joan Scott, em seu artigo "Gênero: uma categoria útil de análise histórica" (1995), destaca que sobre o termo "gênero" não se deve entender como uma essência biológica ou fixação de identidade, mas sim como um conjunto de representações culturais e experiências vividas que são construídas socialmente e que variam de acordo com o contexto histórico e cultural. Essa abordagem permite desnaturalizar as relações de poder entre homens e mulheres e evidenciar como tais relações são construídas e mantidas por meio de símbolos e práticas culturais. Além disso, o gênero possibilita uma análise das interseções entre as categorias de gênero, raça, classe social e outras formas de opressão e desigualdade.

Considerando que as classes sociais são um fenômeno complexo intimamente relacionado ao capitalismo e ao seu *modus operandi* como sistema econômico, é possível observar uma série de alterações no gênero que ocorreram em decorrência das transformações resultantes da emergência de classes. Nesse caso, é importante destacar que essas alterações, no que diz respeito ao racismo, apresentam uma condição distinta em relação às outras determinações que compõem essas transformações, uma vez que as discriminações são determinações qualitativas. Além disso, a experiência histórica de mulheres e homens tem se apresentado de forma bastante distinta, o que significa que a participação e inserção desses grupos sociais na sociedade apresentam diferenças substanciais. Essas diferenças históricas têm sido atribuídas, em grande parte, às desigualdades de gênero, as quais desempenham um papel de destaque na compreensão dessa questão (SAFFIOTI, 2004).

Portanto, a violência de gênero é um fenômeno diretamente ligado à construção social das relações de gênero, que hierarquizam e oprimem as mulheres em diferentes esferas da vida. Essa opressão se perpetua por meio de símbolos culturais, normas sociais e instituições patriarcais. Nesse sentido, é importante destacar a realidade de uma sociedade patriarcal, caracterizada por um sistema de relações sociais em que os homens são dominantes em todas

as esferas da vida social, especialmente na esfera doméstica e sexual (SCOTT, 1995). Essa estrutura naturaliza a subordinação feminina e a violência contra as mulheres, uma vez que as normas sociais e culturais são sustentadas nesse contexto. Dessa forma, a violência de gênero é utilizada como uma estratégia para manter a dominação masculina, por meio do controle e da subjugação das mulheres. Conforme destaca Bandeira (2003), "a violência de gênero é a expressão mais radical das relações de poder que, historicamente, têm subordinado as mulheres aos homens e que se fundamentam no patriarcado".

Conforme destaca Heleieth Safiotti (2004), a categoria "violência contra mulheres" frequentemente é utilizada como sinônimo de "violência de gênero". No entanto, embora a violência de gênero seja a categoria mais abrangente, existe certa controvérsia quanto a considerá-la como englobando todas as outras, apresentando apenas nuances diferentes. Cada tipo de violência possui características específicas que devem ser consideradas individualmente. Portanto, é importante reconhecer que a violência de gênero é um fenômeno complexo e multifacetado, exigindo uma análise cuidadosa e abrangente.

Levando em consideração essas especificidades, Lourdes Maria Bandeira e Tânia Mara Campos de Almeida (ANO), trazem no artigo "Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação" que essa violência está enraizada nas desigualdades fundamentadas na condição do sexo, quando se associa o feminino à submissão. A violência de gênero é uma questão complexa, que ultrapassa as relações familiares e é influenciada por fatores como classe, raça, idade e outros identificadores que definem as posições na sociedade.

Comumente direcionada às mulheres, mas não exclusivamente, a Organização das Nações Unidas (ONU) definiu que esse tipo de violência inclui "qualquer ato de violência baseado no gênero que resulta ou pode resultar em dano físico, sexual ou psicológico para a mulher". Isso significa que essa violência se manifesta em diversas esferas da sociedade e frequentemente afeta a vida familiar. Ela engloba comportamentos que são considerados crimes, bem como práticas rotineiras que expressam diferentes formas de

opressão e discriminação de gênero.

No Brasil, esse problema assume proporções alarmantes. Segundo dados do Atlas da Violência (2021), o país ocupa o quinto lugar no ranking mundial de assassinatos de mulheres, apresentando uma taxa de feminicídios de 1,6 mortes para cada 100 mil mulheres. Além disso, dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) revelam que cerca de 43% das mulheres brasileiras já foram vítimas de algum tipo de violência ao longo da vida e que, a cada dois segundos, uma mulher sofre agressão no país. A gravidade desses números demonstra a necessidade urgente de compreender as causas desse fenômeno.

Ao analisar os dados referentes à violência de gênero contra mulheres no contexto rural, podemos observar que a distância geográfica dessas mulheres em relação a serviços e informações pode resultar em uma maior vulnerabilidade às situações de violência. Consideramos a limitação do acesso a recursos, como delegacias e centros de atendimento especializados, esperando que a exposição dessas mulheres a riscos e violações seja ainda maior do que aquelas que vivem em áreas urbanas.

A pesquisa do Ipea, que investigou o perfil socioeconômico e as condições de vida das mulheres trabalhadoras do campo e da floresta durante a Marcha das Margaridas de 2011, revelou que, do total de entrevistadas, 58% afirmaram ter sofrido violência moral ou psicológica. Na tabela abaixo, é possível observar quem foram os agressores e como as mulheres reagiram a essas situações:

Tabela 2. Dados em porcentagem da entrevista do Ipea da pergunta a seguir

A senhora já sofreu ameaças, xingamentos, insultos, ofensas, humilhações? (violência moral ou psicológica)

Por quem?	%
Cônjuge/companheiro	35
Pai	4
Irmão	5
Parente masculino	7
Mãe/Parente feminino	4
Colega de escola	5
Colega de trabalho	6
Chefe	4
Movimento social/sindical	8
Funcionário público	3
Vizinhos	9
Desconhecidos	4
Outros	6

Fonte: Ipea, 2012. Elaboração dos autores.

Fonte: Ipea, 2012.

Tabela 3. Dados em porcentagem da entrevista do Ipea da seguinte pergunta

A senhora já sofreu ameaças, xingamentos, insultos, ofensas, humilhações? (violência moral ou psicológica)
(Em %)

Como reagiu?	Cônjuge/companheiro	Movimento sociais/sindicais
Sofreu calada	39	26
Agrediu também	14	13
Desabafou com familiares/amigos	11	13
Denunciou	12	31
Saiu de casa	16	0
Outra forma	9	18

Fonte: Ipea, 2012. Elaboração dos autores.

Fonte: Ipea, 2012.

Observa-se que, em sua maioria, tem como agressores seus próprios cônjuges ou companheiros (35%), e muitas vezes, as mulheres que são vítimas de violência moral ou psicológica sofrem em silêncio (39%). A segunda forma de reação mais relatada foi deixar o lar conjugal (16%), evidenciando a magnitude do impacto dessa forma de violência e como, em alguns casos, pode

levar elas a abandonarem os lares que ergueram.

A partir desses dados, é possível relacioná-los à reportagem multimídia intitulada "Sozinhas" - Violência contra mulheres que vivem no campo, que aborda a realidade da violência vivida pelas mulheres do campo em Santa Catarina, região que possui 62,90% do território rural do (INCRA-2018). Onde, Lucimar Roman, Agricultora, enfatiza "A maioria das mulheres que sofrem violência, elas ficam caladas. Elas não se abrem.. Porque a questão é financeira. Ela vai se abrir: "eu vou pra onde"? Por que no campo é muito longe.. Então, a mulher sofre violência ela fica no canto dela porque é difícil conseguir ajudar pra poder se libertar". Identificando claramente a situação apresentada nos dados anteriores o que auxilia na compreensão da problemática. Nesse ponto referente a localização dessas mulheres, uma das vítimas relatou: "A mulher que mora no campo, ela tem uma vida muito isolada. Se bater, se gritar, se chorar, se esparnear, ninguém ouve", o que evidencia a dificuldade de denúncia por parte das vítimas ou de possíveis terceiros, como vizinhos, devido ao isolamento geográfico dessas mulheres.

Outra exposição impactante que ilustra a profundidade da problemática da violência contra as mulheres do campo, foi apresentado por Joana Fernandes Sebben, integrante do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) em Santa Catarina. Segundo ela, durante o período de janeiro a maio de 2017, sete mulheres foram assassinadas dentro de suas casas, no interior de suas propriedades, por ex- maridos, ex-companheiros e outros homens que, em sua maioria, não aceitavam o término dos relacionamentos. Antes de suas mortes, essas mulheres sofreram diversos tipos de violência, incluindo financeira, física e psicológica, tendo suportado essas situações até sua morte. O que reflete os dados da pesquisa acima.

A reportagem também destaca um importante aspecto da dominação masculina no ambiente rural, sobretudo ao considerarmos que grande parte dos serviços no campo requerem força física, e que a força muscular do homem é, em média, 30% maior do que a de uma mulher (Ebben, W. P., & Jensen, R. L. 1998). Esse fato pode contribuir para a manutenção de um ambiente de desigualdade gênero, onde a mulher é vista como menos capaz, o que pode,

por sua vez, favorecer a ocorrência dessa violência.

Na dinâmica familiar das mulheres do campo, é possível observar a predominância da figura masculina como chefe do lar, evidenciando a estrutura patriarcal que permeia essa realidade. Tal domínio se reflete na composição das famílias, conforme dados apresentados na tabela abaixo da pesquisa realizada pelo Ipea:

Tabela 4. Dados em porcentagem da entrevista do Ipea da seguinte pergunta

Por que a senhora considera tal pessoa chefe de família?		
	Total	%
É dona da terra ou da casa	48	6
Ganha maior salário/mais dinheiro	92	11
Estudou mais	6	1
É responsável pelos afazeres domésticos	145	17
É responsável pela administração econômica da casa	369	45
É a pessoa mais velha	43	5
É homem	63	8
É mulher	5	1
Nenhum requisito especial	51	6
Total	822	100

Fonte: Ipea, 2012. Elaboração dos autores.

Fonte: Ipea, 2012.

A responsabilidade pela administração econômica da casa ou do estabelecimento é frequentemente mencionada (45%). Esse papel muitas vezes é atribuído ao homem devido às relações de poder patriarcal presentes na sociedade. Conforme apontado por Leite e Lima (2018), essa hierarquização de gênero é reproduzida desde o espaço doméstico até o campo, afetando também o acesso a recursos e tomada de decisão. No contexto rural, a divisão sexual do trabalho tende a fortalecer o papel tradicional das mulheres na reprodução e dos homens na produção, fazendo com que a administração da casa e do orçamento familiar fique, muitas vezes, sob a responsabilidade do homem (OLIVEIRA, 2015). Essa dinâmica de poder pode dificultar a autonomia econômica das mulheres do campo, tornando-as mais vulneráveis a situações de violência de gênero, especialmente aquelas relacionadas à violência

financeira.

Portanto, as particularidades desse grupo ainda são pouco exploradas. O artigo intitulado "Violência doméstica no campo: inexistente ou invisível?" de Gehlen e Chermem (2018) traz importantes contribuições para a compreensão dessa problemática, a partir de um estudo realizado no município de Laranjeiras do Sul (PR). Segundo as autoras, a violência doméstica contra as mulheres rurais muitas vezes é velada, seja pela vergonha ou pelo medo das vítimas em denunciar seus agressores, além da ausência de uma rede de apoio efetivo. Frequentemente as mulheres têm dificuldades em reconhecer e compreender as diferentes formas de violência que sofrem, o que as impedem de buscar ajuda e apoio. Essa invisibilidade da violência no meio rural é corroborada por outros estudos, como o de Oliveira, 2016, que identificou falta de informação sobre os direitos das mulheres no campo e falta de acesso aos serviços de atendimento especializado como fatores que auxiliam na perpetuação da violência doméstica. Esse silenciamento está ligado com o medo de perder a custódia dos filhos, a precariedade das condições financeiras, a falta de conhecimento sobre a Lei Maria da Penha, a ausência de transporte para os centros urbanos e distância da rede de apoio estadual (GEHLEN; CHERMEM, 2015).

Quando as mulheres conseguem denunciar, é comum que enfrentem barreiras para obter justiça e proteção efetiva. Além disso, a falta de diferenciação dos dados de violência doméstica entre o meio rural e urbano dificulta a formulação de políticas públicas específicas para atender às necessidades dessas mulheres. Segundo Tubino (2023), cerca de 70% das mulheres que sofrem violência não realizam denúncias. A falta de denúncias pode ser ainda mais acentuada entre as mulheres rurais, que frequentemente enfrentam dificuldades em acessar serviços de proteção e justiça, como destacado por Gehlen e Chermem (2020). A ausência da distinção entre as estatísticas de violência doméstica no meio rural e urbano também representa um desafio para a formulação de políticas públicas direcionadas ao público rural, como apontado por Bittencourt (2017).

6.1 Políticas Públicas de Saúde e Segurança e a Conduta dos Profissionais

O Observatório de Igualdade de Gênero da América Latina e do Caribe, da ONU, destacou que as políticas públicas de igualdade de gênero têm como objetivo alcançar resultados que promovam a justiça distributiva, de reconhecimento e de representação. A justiça distributiva refere-se à distribuição justa e equitativa de recursos e bens materiais, médicos e sociais, com base nas necessidades e recursos de cada indivíduo (RAWLS, 1971). No entanto, no contexto deste trabalho, é necessário que as políticas sejam amplas e abranjam todas as mulheres rurais, valorizando e considerando suas diferenças individuais. Outro aspecto fundamental é a participação dessas mulheres, que garante sua voz e sua colaboração no processo de elaboração e implementação das políticas, norteado pelo princípio de igualdade de gênero, para que sejam tratadas com justiça.

A partir dessa realidade, torna-se necessário que o Estado desenvolva políticas públicas específicas para atender às necessidades desse público. Conforme destacam Gehlen e Cherfem (2017), a ausência de políticas públicas direcionadas às mulheres rurais contribui para a invisibilidade e naturalização da violência doméstica nesse contexto.

Considerando todos os desafios desse tema já citados neste trabalho, é fundamental que as políticas públicas considerem as especificidades e desafios enfrentados pelas mulheres rurais. Para isso, é necessário que haja uma integração participativa e inclusiva entre as todas as políticas voltadas para a proteção e assistência às vítimas de violência doméstica, visando garantir o acesso dessas mulheres aos serviços de saúde, assistência social e jurídica (MARTINS, 2020).

Segundo Minayo e Garcia (2016), a violência pode ser entendida como uma questão de saúde pública, uma vez que afeta a saúde física e mental das vítimas e gera custos elevados para os sistemas de saúde, previdência social e segurança pública. Isso demonstra que é necessário abordar a violência de forma integrada e intersetorial, envolvendo medidas que visem diminuir essa vulnerabilidade, tais como a promoção da educação, a garantia do acesso

à saúde, a proteção social, a promoção da igualdade de gênero e o fortalecimento das redes de apoio e proteção.

Porém, essa rede de serviços integralizada, mesmo que disponibilizada, não garante uma assistência eficiente, pois é imprescindível que a capacitação de profissionais leve em conta as questões de gênero (Costa MC, Silva EB, Soares. JSF, Borth LC, Honnef F. 2017). Nesse sentido, uma das estratégias anunciadas pelo Projeto de Lei 309/23 é a capacitação de equipes de saúde para o atendimento humanizado de mulheres vítimas de violência, o que pode instruir e integrar as políticas públicas voltadas também para a violência contra as mulheres rurais (Câmara de Notícias). É fundamental que esses profissionais tenham uma abordagem holística e sensível ao gênero na prática de saúde, considerando não apenas as necessidades clínicas, mas também as questões de gênero e culturais das pacientes. Eles devem ser capazes de identificar e tratar a violência de gênero de forma adequada, além de fornecer informações e orientações para prevenção e proteção, atendendo assim às necessidades específicas dessas mulheres (OMS, 2015). Além disso, a criação de serviços de saúde especializados para mulheres rurais é uma necessidade para garantir o acesso a cuidados de saúde adequados e integrados às redes de atenção básica e emergência (OMS, 2014).

Então, as mulheres em situação de violência que conseguem acessar a rede de atenção primária à saúde necessitam de uma equipe multidisciplinar que esteja comprometida com o atendimento dessas mulheres. O estabelecimento de um vínculo entre o profissional da saúde e a mulher rural pode fornecer o suporte necessário para que ela consiga enfrentar essa situação. Conclui-se que a enfermagem, em sua prática, constitui-se como elemento articulador dos serviços, com o objetivo de dar continuidade ao cuidado (COSTA, SILVA, SOARES, BORTH, HONNEF, 2017). A formação desses profissionais pode ser um fator relevante para a saída dessas mulheres da situação de violência em que se encontram.

Esse problema encontra-se presente em determinados setores, como é o caso do setor da Segurança, que é afetado pelo desafio geográfico e pela desqualificação dos profissionais da Polícia no contexto de violência doméstica

e familiar contra a mulher. Boa parte dos profissionais dessa área possui uma interpretação pautada na visão de que esse problema não é de caráter público, mesmo que suas funções sejam exercidas no âmbito do serviço público. Isso os leva a considerar que tais problemas devem ser solucionados no âmbito familiar.

Essa noção está presente em alguns setores, como é o caso do setor da Segurança, o qual compromete o atendimento à mulher quando não valoriza sua queixa, ao contrário, desqualifica e acaba exercendo violência institucional. Também se evidencia que a relação entre a mulher e os trabalhadores dos serviços ainda é tensa no que se refere à execução de práticas que levem em consideração as desigualdades de gênero. Verifica-se que os trabalhadores da Polícia não apresentam um comprometimento com a qualificação do serviço prestado, tornando-se necessária a capacitação desses profissionais para possibilitar uma compreensão mais aprofundada sobre esse fenômeno complexo. Além disso, constata-se que a noção de que a violência se ancora nas desigualdades de gênero não está presente nas práticas dos trabalhadores da Polícia, ao contrário, verifica-se que esses reforçam as iniquidades, sobretudo quando se considera que a maioria dos servidores é composta por homens (COSTA, SILVA, SOARES, BORTH, HONNEF, 2017). O dever dos Estados e, conseqüentemente, de seus servidores é:

Os Estados Partes condenam todas as formas de violência contra a mulher e convêm em adotar, por todos os meios apropriados e sem demora, políticas destinadas a prevenir, punir e erradicar tal violência e envolver-se em: 'estabelecer o trânsito judicial e administrativo para assegurar que a mulher sujeitada a violência tenha acesso efetivo a restituição, reparação do dano e outros meios de compensar justos e eficazes'" (CONVENÇÃO INTERAMERICANA PARA PREVENIR, PUNIR E ERRADICAR A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, "Convenção de Belém do Pará, Artigo 7, letra g).

As mulheres do campo possuem outros valores e um estilo de vida que precisam ser tratados de forma específica. Por isso, é frequente que essas mulheres procurem serviços em localidades diferentes das suas, e mesmo quando tais serviços estão acessíveis em suas comunidades, elas hesitam em

procurá-los devido à vergonha e ao medo de que seus parceiros fiquem sabendo. A vergonha de reconhecerem a discriminação sofrida e denunciá-la é um obstáculo para que busquem ajuda. Além disso, a questão da confidencialidade por parte dos profissionais que trabalham nesses serviços é outra preocupação para as mulheres, uma vez que as visitas desses profissionais em suas residências sem a devida prescrição podem agravar a situação (COSTA, SILVA, SOARES, BORTH, HONNEF, 2017).

Os problemas relacionados à capacitação dos profissionais que atuam na área da violência contra a mulher resultam em um número reduzido de casos de mulheres rurais em situação de violência, em comparação com o cenário urbano. Isso ocorre devido à menor população dessas regiões, além da persistência na crença de que a resolução do problema ocorrerá dentro do âmbito familiar. Além disso, a falta de confiança nos serviços oferecidos pela rede contribui para a não busca por apoio. Por outro lado, é importante ressaltar que, em contextos urbanos, as mulheres em situação de violência precisam procurar os serviços de apoio várias vezes para obter uma solução, o que evidencia a dificuldade em promover essa mudança. Nesse sentido, é possível perceber que a realidade das mulheres do recorte em questão é ainda mais complexa, pois a possível busca por essa rede é atravessada por diversos obstáculos (COSTA, SILVA, SOARES, BORTH, HONNEF, 2017).

Assim sendo, é necessário que todos os profissionais envolvidos nessa cadeia de apoio possuam conhecimento acerca das particularidades da realidade dessas mulheres e compreendam seu papel no enfrentamento dessa problemática. Apesar dos desafios apresentados, é possível coordenar as diferentes instâncias envolvidas, mesmo que de forma separada, a fim de prestar um atendimento adequado às vítimas. Além disso, é fundamental que existam políticas públicas locais que atuem em conjunto com os setores e a sociedade, visando oferecer respostas efetivas às mulheres em situação de violência, garantindo uma solução rápida e segura para a preservação de seus direitos.

7 O tema da violência de gênero na Marcha das Margaridas, uma análise comparativa da primeira Marcha de 2000 e a última de 2019

A despeito de sua origem centrada na defesa da reforma agrária, melhoria das condições de vida no campo, segurança alimentar e denúncia de questões ligadas ao latifúndio e violência rural, ao longo das edições subsequentes da Marcha das Margaridas, verifica-se um processo gradual de incorporação de temáticas relacionadas à violência de gênero. No evento inaugural, em 2000, ainda em seu estágio embrionário, as reivindicações estavam voltadas principalmente para a reforma agrária, acesso à terra e defesa dos direitos trabalhistas das mulheres. Embora a preocupação com a violência de gênero já estivesse presente, ela não ocupava uma posição central na pauta da marcha naquele momento. As demandas referentes à violência eram abrangentes e genéricas, não havendo uma abordagem específica para as distintas formas de violência enfrentadas pelas mulheres rurais (TEXTO BASE MARCHA, 2000).

A partir do Texto Base da Marcha das Margaridas de 2000, pode-se observar que, embora de forma mais discreta em comparação à Marcha de 2019, a temática da violência de gênero já estava presente, evidenciada inclusive em seu título "2000 Razões para Marchar contra a fome, pobreza e violência sexista". Além disso, a questão da violência de gênero era uma das 10 reivindicações apresentadas, destacada na 8ª posição como "Combate a todas as formas de discriminação e violência sexista". Essa abordagem demonstrava uma consciência em relação à realidade vivenciada por essas mulheres, que já realizavam reivindicações pertinentes e ainda atuais, como a seguinte:

Os altos índices de prostituição, de abuso sexual de crianças e adolescentes e de esterilização massiva das mulheres denunciam, ainda, algumas formas de violência sexista que sofrem as trabalhadoras rurais. A maioria dos casos de violência e abuso sexual não são denunciados, seja por medo, desinformação ou constrangimento das vítimas. Além de não dispor de lugares e profissionais especializados para atendimento às vítimas de violência, os familiares ou

membros da comunidade que se dispõem a ajudar a vítima, desconhecem quais os serviços existentes e como proceder para ter acesso a este tipo de assistência (TEXTO BASE MARCHA 2000).

Conforme abordado anteriormente neste estudo, no tópico 2.2, essas mulheres ainda enfrentam as mesmas dificuldades de acesso a serviços adequados e a falta de profissionais especializados, mesmo após 23 anos. Desde a sua primeira edição, a Marcha das Margaridas tem apresentado propostas voltadas para essa questão, tais como:

Quadro 5 - Propostas da Marcha das Margaridas para prevenção e enfrentamento à violência de gênero contra mulheres

- Criar e manter uma Rede Nacional de Centros de Atendimento Integrado às mulheres em situação de violência doméstica, cobrindo as zonas rurais, e contando com profissionais especializados e capacitados para o atendimento jurídico, psicológico e social das mulheres e suas crianças.
- Financiamento e promoção de serviços especializados nas áreas da saúde física e mental para o atendimento clínico e psicológico das vítimas da violência doméstica/familiar pelo Sistema Único de Saúde;
- Capacitar os profissionais da Segurança Pública (como delegados, delegadas, agentes penitenciários) em temas como Direitos Humanos e Direitos das Mulheres;
- Capacitar os profissionais da Saúde (médicos, enfermeiras e auxiliares) para realizarem o registro dos casos de mulheres vítimas de agressões e violência que procurarem atendimento médico no Sistema Único de Saúde;
- Serviços públicos de apoio às mulheres vítimas de violência, como delegacias de defesa da mulher, centros de atenção integrada e casas-abrigo;
- Promoção de curso de formação de promotoras legais populares com mulheres trabalhadoras rurais.

(Fonte: Texto Base da Marcha das Margaridas 2000)

Neste contexto, verifica-se que o Texto Base da Marcha de 2000 abordou de forma limitada a temática da violência de gênero. Ao realizar uma pesquisa da palavra "violência" no documento, encontramos apenas 17

resultados, em um documento de 29 páginas, distribuídos entre títulos, algumas introduções e menções genéricas juntamente com outros temas. No entanto, é importante ressaltar quemais da metade desses resultados trata o tema de maneira específica. A partir dessa análise, foi elaborada uma nuvem de palavras para fins comparativos:

Figura 8. Nuvem de Palavras do Texto Base da Marcha das Margaridas do ano de 2000



Fonte: Elaboração da autora com base no Texto Base da Marcha das Margaridas do ano de 2000

Podemos identificar que a palavra "violência" aparece no Texto de 2000. Ao compararmos com a nuvem de palavras da Marcha de 2019, presente na Figura 9, é possível observar um destaque maior. Vale ressaltar que o documento da Marcha de 2000 possui 29 páginas, enquanto o da Marcha de 2019 contém apenas 40 páginas. Após 19 anos de construção da Marcha, o tema da violência adquiriu maior relevância e evidência no contexto da luta dessas mulheres.

Figura 9. Nuvem de Palavras do Texto Plataforma Política da Marcha das Margaridas do ano de 2019



De forma mais significativa, a palavra "violência" é encontrada ao realizar uma pesquisa no documento "Plataforma Política da Marcha das Margaridas" do ano de 2019. Foram identificados 51 resultados em um total de 40 páginas, sendo que essas menções estão dispostas nos mesmos lugares que no documento da Marcha de 2000, ou seja, entre títulos, introduções e menções genéricas relacionadas a outros temas. No entanto, é importante destacar que o tema da violência de gênero é responsável por 70% dos 51 resultados encontrados.

Em outro contexto, após 19 anos, é possível identificar várias diferenças entre os dois documentos. No documento de 2000, encontramos apenas o Eixo 8 abordando de maneira pontual o tema da violência de gênero, com o título "Combate a todas as formas de discriminação e violência sexista". Já no documento mais recente de 2019, observamos que esse tema é abordado no mesmo eixo, porém com um novo título "Pela Autonomia e Liberdade das Mulheres Sobre o Seu Corpo e a Sua Sexualidade". A partir desse novo título, podemos perceber uma evolução significativa na abordagem dessas questões na marcha, pois, o título do primeiro documento era mais genérico sem trazer palavras impactantes.

Outro ponto analisado é que nas duas marchas havia a mesma quantidade de eixos, totalizando 10. No entanto, na última Marcha, o eixo 9 também abordava o tema da violência, apresentando o título "Por uma Vida

Livre de Todas as Formas de Violência, Sem Racismo e Sem Sexismo". Embora esse eixo aborde outros temas relacionados à violência de gênero, como discutido anteriormente neste trabalho, ele traz vários pontos considerados pelas participantes. Um desses pontos diz respeito ao contexto político do Brasil em 2019, enfatizando como aquele cenário poderia agravar a situação de violência de gênero no país, afetando especialmente as mulheres rurais.

A violência sexista é um dos principais instrumentos da ofensiva neoliberal, para a qual o controle dos territórios e dos corpos das mulheres mostra-se como elemento central, e cuja agenda fundamenta-se numa moral que pretende recuperar os paradigmas da família e da mulher subserviente, que se expressa na violência contra as mulheres. Sim, porque toda violência tem a intenção de comprometer a liberdade e a autonomia das mulheres. Em um momento de conjuntura conturbada, o mundo público é tomado por discursos conservadores e de ódio, sustentados com mais força no atual governo. Discursos que fomentam comportamentos violentos e intolerância que minam modos de ser, de agir e de se relacionar (Texto Plataforma Política da Marcha das Margaridas, 2019).

Ao longo das demais Marchas, pode-se observar um crescente tratamento do tema da violência de gênero com maior especificidade. Na tabela a seguir, destacam-se fragmentos relacionados a esse tema nos cadernos de texto das Marchas de 2003 a 2015:

Quadro 6. Fragmentos dos Cadernos das Marchas das Margaridas dos anos de 2003 a 2015 relacionados a violência de gênero.

Ano	Eixo	Abordagem
2003	Contra a Violência sexista e toda forma de discriminação e Violência no campo	<p>A MARCHA DAS MARGARIDAS faz propostas sobre este tema, levando em conta não apenas a violência praticada nos espaços privados (domésticos), mas também nos espaços públicos, como o movimento sindical, partidos políticos, locais de trabalho, etc, que muitas vezes reproduzem práticas de discriminação e violência baseadas no sexo, idade, raça, etnia e orientação sexual.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Violência sexista: Explicação do que é violência sexista; - Como funciona os mecanismos de manutenção da violência; - Explicação de como a Violência aumenta o controle sobre o corpo das mulheres; - O Direitos das mulheres lésbicas; - Alguns dados sobre a violência: Estima-se que a cada quatro minutos uma mulher é vítima de algum tipo de violência. Dos casos de assassinatos, 70% são cometidos por ex-maridos, ex amantes ou ex-namorados; - Violência e Abuso Sexual do Ponto de vista da Lei*5; - Crimes definidos pela Lei;

		<ul style="list-style-type: none"> - Preconceitos e outras formas de discriminações; - Algumas formas de discriminação: Racismo; Sexismo; Homofobia; - Propostas de combate a violência e outras formas de discriminação;
2007	Combate a Violências contra as mulheres	<p>A MARCHA DAS MARGARIDAS 2007 propõe debater o tema da violência levando em conta, não apenas a violência praticada nos espaços privados, mas também nos espaços públicos e políticos, como o movimento sindical, parti dos políticos e locais de trabalho. A violência contra as mulheres tem na sua base a discriminação fundada no sexo, a idade, raça, etnia e orientação sexual.</p> <ul style="list-style-type: none"> - ORIGEM, TIPOS E FORMAS DE MANIFESTAÇÃO; - A violência que atinge as mulheres pode ser de diferentes tipos; - A violência contra as mulheres também pode assumir diferentes formas; - COMO E PORQUE SE MANTÊM A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES; - O CONTROLE SOBRE O CORPO DAS MULHERES É UMA FORMA DE VIOLÊNCIA; - A RESPONSABILIDADE DOS GOVERNOS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS; - LEI MARIA DA PENHA.
2011	EIXO V - EDUCAÇÃO NÃO SEXISTA, SEXUALIDADE E VIOLÊNCIA	<p>A Marcha das Margaridas identifica na sociedade patriarcal e classista uma forte articulação entre educação, sexualidade e violência, que traz consequências perversas à vida das mulheres, ao impedir, limitar e comprometer a justiça, autonomia, igualdade e liberdade. Por isso, propõe a compreensão e debate destes temas e a reflexão sobre o seu impacto no cotidiano das trabalhadoras do campo e da floresta. A expectativa é construir um conjunto de proposições que possam fazer avançar o enfrentamento à discriminação, opressão e violência contra as mulheres trabalhadoras.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Violência contra as mulheres do campo e da floresta: As consequências da cultura patriarcal na vida das mulheres se expressam em menos poder, menos participação, menos direitos, em exclusão das políticas públicas e dos espaços políticos, em diversas formas de violência, doméstica e familiar, bem como aquelas praticadas em diferentes espaços da sociedade. - São tantas e diversas as formas de violência contra as mulheres, que estas acabam por serem banalizadas, ou seja, consideradas comuns e naturais às relações entre homens e mulheres. - A violência contra as mulheres funciona como um “método de adestramento”, como um recurso para perpetuar os padrões de gênero, manter as relações de poder, disciplinar comportamentos, sentimentos e atitudes. Nesse contexto, é comum a muitas mulheres o sofrimento de lesões corporais, estupro, ameaças, difamações etc., no espaço das relações afetivo-familiares, o que concorre muitas vezes, para que as mulheres não compreendam que, na realidade, estão sendo vítimas de violência. - A desvalorização, opressão e exploração das mulheres, que vem se perpetuando ao longo da história, tem levado o movimento feminista e de mulheres a denunciar, de forma permanente, essa situação, de modo a politizá-la numa agenda de reivindicações de direitos das mulheres. É preciso “meter a colher nessa briga”, argumentam os movimentos, em contraposição à ideia tradicional de que “em briga de marido e mulher não se mete a colher”, por se tratar de questões de foro íntimo. - A ação organizada dos movimentos de mulheres, para denunciar e tornar a violência contra as mulheres uma problemática social, tem

		<p>apresentado seus resultados, como demonstra o “Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS) sobre igualdade de gênero 2010” realizado pelo IPEA.</p> <p>-A Fundação Perseu Abramo, em pesquisa realizada em 2010, revelou que a cada 2 minutos, 05 mulheres são agredidas violentamente no Brasil, e que pelo menos 7,2 milhões de mulheres, com mais de 15 anos, já sofreram agressões desde 2001, sendo que, 1,3 milhões delas nos 12 meses que antecederam a pesquisa. Ou seja, a violência contra as mulheres não é episódica, mas integra a realidade contemporânea como um problema social.</p> <p>- Em relação às mulheres rurais, pesquisa realizada ao final de 2008 pela Contag, entre as participantes da 4ª Plenária Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, revelou que dentre 529 mulheres das diversas regiões do país, 55,2% sofreram algum tipo de violência doméstica e familiar. Destas, 27,6% sofreram ameaças de morte, 11,9% estupro marital e 4,3% cárcere privado. A situação mostrou-se agravada com a afirmação de quase 50% das entrevistadas, sobre a inexistência de atendimento às mulheres vítimas de violência em seus municípios.</p> <p>- A Marcha das Margaridas vem atuando para dar visibilidade à exposição, pelas mulheres trabalhadoras do campo e da floresta, aos diversos tipos de violência, bem como à ausência de informações, de serviços de assistência e atendimento às vítimas.</p> <p>- A Lei Maria da Penha, uma conquista das mulheres e de toda a sociedade brasileira, foi e é reconhecida pela Marcha das Margaridas, por sua importância para garantir instrumentos e serviços de apoio e assistência às mulheres vítimas de violência, e a punição dos agressores. A Marcha das Margaridas compreende, por outro lado, que a Lei tem os seus limites, ainda que venha ser exemplarmente aplicada. Combater a violência contra as trabalhadoras do campo e da floresta requer vigorosos investimentos para a conquista da autonomia econômica pelas mulheres, sobretudo, no que diz respeito ao apoio à organização produtiva e comercialização, que por sua vez implica em um conjunto de políticas que assegurem a documentação civil e trabalhista, o acesso à terra, ao crédito e à assistência técnica.</p> <p>- A violência contra as mulheres está profundamente enraizada na sociedade e requer, para o seu enfrentamento, mudanças na cultura, nas mentalidades e comportamentos em todos os âmbitos e poderes, especialmente no judiciário. Prova disso são as constantes resistências e dificuldades para o cumprimento da Lei Maria da Penha.</p> <p>- Atos de violência contra as mulheres são cometidos, ainda, nos espaços públicos, por meio das formas de assédio moral e sexual presentes nos locais de trabalho, e também, nos espaços de participação política, onde as mulheres sofrem permanente desqualificação, aliadas a outros tipos de violência.</p> <p>- A Marcha das Margaridas busca dar visibilidade e combater estas práticas, especialmente entre as trabalhadoras rurais do MSTTR, que denunciam e apresentam proposições em sua pauta debatida internamente, com o movimento sindical.</p>
2015	EIXO 6 - Violência sexista	<p>- A violência contra as mulheres se expressa de diferentes formas: Violência física; Violência psicológica; Violência sexual; Violência patrimonial; Violência moral;</p> <p>- Ainda hoje as mulheres são culpabilizadas pela violência que sofrem, e ouvimos os comentários: “Ela deve ter feito por merecer”, “Ela pediu!”, “Devia estar com uma roupa muito curta”, “Ela só pode gostar, porque ainda tá com ele?”.</p>

	<p>Essa compreensão contribui para que a maioria das mulheres agredidas acredite que, de fato, são culpadas pela violência que sofreram e não peçam ajuda, sofrendo caladas. Mas existem outros motivos que as fazem calar: a vergonha de que seu problema fique “na boca do povo”; o medo de apanhar ainda.</p> <ul style="list-style-type: none"> - A Lei Maria da Penha, uma conquista das mulheres e de toda a sociedade brasileira, foi e é reconhecida pelas mulheres, por sua importância para garantir instrumentos e serviços de apoio e assistência às mulheres vítimas de violência e punição aos agressores. A Marcha das Margaridas compreende, por outro lado, que a lei tem os seus limites, ainda que venha a ser exemplarmente aplicada. - Combater a violência contra as trabalhadoras do campo e da floresta requer grandes investimentos para a conquista da autonomia econômica das mulheres, sobretudo no que diz respeito ao apoio à organização produtiva e à comercialização, que, por sua vez, implica um conjunto de políticas que assegurem a documentação civil e trabalhista, o acesso à terra, ao crédito e à assistência técnica. - Ainda temos um número pequeno de delegacias e centros de referência da mulher construídos e em pleno funcionamento. Muitos não têm pessoal qualificado para o trabalho e os horários de funcionamento não atendem às reais necessidades do público feminino. As casas-abrigos não têm, em grande parte, estrutura própria nem capacidade suficiente para receber as mulheres e suas famílias. Todos esses equipamentos são ainda muito distantes da realidade das mulheres rurais, que geralmente têm dificuldades econômicas e estruturais de deslocamento para chegar até eles. - Uma grande vitória da Marcha das Margaridas 2011 foi a entrega de 54 unidades móveis (2 por estado e para o DF) para o atendimento às mulheres do campo e da floresta vítimas de violência, além de unidades fluviais para atender as mulheres das águas, por meio de parceria com a Caixa Econômica e a Marinha do Brasil. Não podemos esquecer que esta é a primeira política pública de enfrentamento da violência que chega diretamente ao meio rural, seja por meio dos ônibus ou por barcos (unidades fluviais). Essas unidades têm como objetivo levar às mulheres dessas áreas os serviços especializados da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência, realizando ações de prevenção, assistência, apuração, investigação e enquadramentos legais no meio rural, tendo como orientação os eixos do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, os quais fazem parte do Programa Mulher Viver sem Violência. Além disso, também são promovidos palestras e esclarecimentos sobre a Lei Maria da Penha. Outra importante conquista resultante desse processo foi a criação dos Fóruns Estaduais de Enfrentamento à Violência Contra Mulheres do Campo, da Floresta e das Águas. Estes são espaços fundamentais não apenas para planejamento e execução das ações das unidades móveis, mas também para garantir um debate permanente sobre a situação de violência enfrentada pelas mulheres rurais. - A CPMI identificou como principais problemas e dificuldades durante o processo de levantamentos dos dados da violência contra as mulheres pelo congresso nacional: 1) Ausência de informações sistematizadas; 2) Dificuldade de comparar dados das delegacias, do Poder Judiciário e do Ministério Público; 3) Existência de uma rede especializada, mas que não se comunica entre si; 4) Inexistência de uma política articulada entre os poderes para o enfrentamento ao feminicídio e às violências contra mulheres; 5) Ausência de capacitação permanente dos servidores; 6) Número
--	--

		insuficiente de serviços (delegacias, centros de referência, casas-abrigo, juizados especializados, promotorias e defensorias). - Como podemos enfrentar a violência contra as mulheres?
--	--	---

Fonte: Elaboração autoral a partir dos Cadernos da Marcha dos anos de 2003, 2007, 2011 e 2015.

Ao analisar o quadro, verifica-se que ao longo das edições da Marcha das Margaridas, houve um aumento progressivo na especificidade e no enfoque dado ao tema da violência de gênero. Em 2000, a abordagem era genérica, tratando-se de forma ampla a questão da violência de gênero. Já em 2003, foi enfatizada a necessidade de políticas públicas para combater a violência. Em 2007, após a promulgação da Lei Maria da Penha, o foco passou a ser a violência doméstica, visando enfrentar a violência de gênero nas relações familiares. Em 2011, foram apresentados dados e explicações sobre o funcionamento patriarcal e a conscientização e punição dos crimes de violência. Em 2015, a abordagem tornou-se mais específica, considerando as diversas realidades das mulheres do campo, das águas e da floresta, destacando a necessidade de uma rede de atendimento e evidenciando a interseccionalidade desse tema. Por fim, em 2019, o tema foi abordado de forma abrangente, contemplando questões de raça e sexismo, e reafirmando a luta por uma vida livre de violência.

Os dados demonstram a crescente incorporação das questões de gênero no contexto rural, que, tradicionalmente, têm sido voltados para questões de terra e reforma agrária. Isso evidencia a impossibilidade de dissociar as questões de gênero das questões rurais. É importante reconhecer que a violência interpessoal não pode ser invisibilizada em meio a outras questões. Mesmo que as pessoas desse grupo estejam vulneráveis, também entre elas enfrentam opressão e exploração. Portanto, é fundamental adotar uma abordagem interseccional, que considere todas as vulnerabilidades associadas à vida no campo, levando em conta as questões de gênero e raça, que se entrelaçam na experiência das mulheres rurais (SILVEIRA, R.S. & NARDI, H. C. 2014).

8 Por que é preciso ter políticas públicas voltadas a combater a violência doméstica para as mulheres do campo?

A finalidade de uma política pública é atender às necessidades coletivas e promover o bem-estar social por meio de ações e medidas governamentais. Nesse contexto, é fundamental destacar a relevância de políticas públicas específicas para as mulheres que vivem no meio rural, especialmente quando se encontram em situação de violência doméstica. Ao longo desta pesquisa, foi amplamente discutido o desafio enfrentado por essas mulheres diante da violência, evidenciando a necessidade de ações governamentais direcionadas para atendê-las adequadamente. Abaixo uma tabela simplificada da realidade que essas mulheres enfrentam:

Tabela 5. Sequência simplificada de problemas para combater a violência doméstica no meio rural

	Problemas em cada fase	
1	Isolamento geográfico	Os serviços existentes para atender as mulheres em situação de violência no meio rural estão distantes e são deficientes, o que pode custar uma vida.
2	Falta de Recursos	Caso a mulher queira sair dessa situação, ela necessitará de vários recursos e principalmente o financeiro para buscar assistência.
3	Sistemas de apoio deficientes	São poucos os sistemas, estão defasados, estão distantes geograficamente e com falta de profissionais capacitados. Não funciona como uma rede de apoio integralizada.
4	Falta de acesso à justiça	Caso consiga superar todos os obstáculos mencionados anteriormente, o acesso aos mecanismos legais para denunciar casos de violência doméstica é dificultoso e demanda bastante tempo, o que novamente pode custar sua vida.

5	Falta de acesso à informação	Sem conscientização, a vítima pode permanecer em tal situação ao longo de sua vida, incapaz de se libertar.
---	------------------------------	---

Fonte: Elaboração Autoral com os dados dessa pesquisa.

A tabela apresentada acima ilustra, de maneira minimalista, o ciclo de problemas enfrentados por essas mulheres, evidenciando como cada etapa traz dificuldades que se acumulam, prejudicando totalmente a vítima. O atual processo de combate a essa violência, embora possa ser eficaz em outros contextos, revela-se ainda mais problemático para essas mulheres. Diante de todas essas adversidades, é fundamental que o Estado adote medidas para implementar políticas públicas específicas e direcionadas à realidade dessas mulheres.

9 Considerações Finais

Ao longo da pesquisa, pudemos compreender como a Marcha das Margaridas incorporou o tema da violência contra as mulheres do campo em sua luta, demonstrando a complexidade dessa problemática e sua relevância para o movimento. Iniciamos o estudo explorando a Marcha das Margaridas em seus processos e características. Investigamos por que o movimento adotou o nome "Margaridas" e examinamos a organização, a identidade e a representatividade das mulheres envolvidas nessa mobilização social. Além disso, destacamos as diferentes edições da Marcha em Brasília ao longo dos anos, desde 2000 até 2019, que reforçaram a luta contra a fome, a pobreza, a violência sexista e a busca por desenvolvimento sustentável, justiça, igualdade e liberdade.

Uma parte fundamental do trabalho foi dedicada à análise da relação entre a Marcha das Margaridas com a violência doméstica contra as mulheres do campo. Investigamos as políticas públicas de saúde e segurança e a conduta dos profissionais nesse contexto, identificando desafios e oportunidades para promover a proteção e o bem-estar dessas mulheres. Destacamos também a importância da incorporação do tema da violência de gênero na Marcha das Margaridas ao longo de suas edições, com uma análise comparativa entre a primeira Marcha em 2000 e a última em 2019. Essa análise nos permitiu compreender as mudanças e os avanços alcançados ao longo do tempo, enfatizando a necessidade de políticas públicas específicas para combater a violência doméstica vivenciada pelas mulheres rurais.

Uma das principais conclusões deste estudo é que, mesmo sendo um movimento inicialmente voltado para as pautas do campo, a Marcha das Margaridas passou a reconhecer a violência contra as mulheres do campo como uma questão central, priorizando-a em sua agenda. Isso demonstra a incorporação das questões de gênero nas questões rurais, evidenciando que, essa questão necessita de um olhar interseccional. Além disso, os resultados dessa pesquisa ressaltam a importância de políticas públicas direcionadas às mulheres rurais. A implementação de políticas específicas pode proporcionar

benefícios significativos, promovendo a igualdade de gênero, o acesso à justiça, a conscientização e a garantia de seus direitos fundamentais.

Para embasar teoricamente o estudo, recorreremos aos trabalhos de alguns autores como Costa MC, Silva EB, Soares JSF, Borth LC, Honnef F., Gonh, Maria daGlória e Bandeira, Maria Lourdes e a Pesquisa do IPEA Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) Marcha das Margaridas: perfil socioeconômico e condições de vida das mulheres trabalhadoras do campo e da floresta. Essas contribuições forneceram fundamentos valiosos sobre as situações de violência enfrentadas pelas mulheres rurais, os fatores que limitam o acesso e a acessibilidade aos serviços de saúde e à rede de atenção, bem como a construção do campo teórico e de investigação da violência de gênero.

Os resultados deste estudo ressaltam a necessidade premente de políticas públicas efetivas e abrangentes para enfrentar a violência contra as mulheres do campo. É fundamental que essas políticas sejam sensíveis às especificidades dessas mulheres, garantindo o acesso equitativo aos serviços de saúde, o fortalecimento da rede de apoio e a promoção de uma cultura de igualdade e respeito. Recomenda-se que sejam fortalecidos os investimentos em políticas públicas direcionadas à proteção das mulheres rurais. Isso envolve a implementação de programas de educação e conscientização sobre a violência de gênero, a capacitação de profissionais de saúde e segurança para lidar de forma adequada com essas questões, além da criação de mecanismos efetivos de denúncia e suporte às vítimas.

Por fim, é importante ressaltar que a luta contra a violência de gênero no campo não pode ser tratada de forma isolada. Ela está intrinsecamente ligada a outras formas de opressão e desigualdade, como a falta de acesso à terra, recursos e oportunidades econômicas. Portanto, é necessário abordar essas questões estruturais de forma integrada, promovendo a igualdade de gênero e a justiça social.

Espera-se que este estudo contribua para ampliar a conscientização sobre a violência contra as mulheres do campo, estimulando ações concretas e transformadoras. A Marcha das Margaridas é um exemplo inspirador de mobilização e resistência, e seu trabalho é fundamental para a construção de

uma sociedade mais justa, igualitária e livre de violência.

Referências

AGUIAR, Vilenia Venancio Porto. Mulheres Rurais, Movimento Social e Participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas 2016.

BAMBIRRA, Vânia; LACERDA, Juciano. Gênero e Políticas Públicas: A Marcha das Margaridas e a Construção da Cidadania Feminina. Editora Appris, 2017.

BANDEIRA, Maria Lourdes. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. Cadernos Pagu, v. 11, 1998, p. 219-247.

COSTA, M. C. Mulheres rurais e situações de violência: fatores que limitam o acesso e a acessibilidade à rede de atenção à saúde. Revista Gaúcha de Enfermagem, v. 38, n. 2, 2017.

GEHLEN, M. E.; CHERFEM, C. O. Violência doméstica no campo: inexistente ou invisível? Revista do Departamento de Psicologia da UFF, v. 27, n. 1, 2015.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. 9. ed. São Paulo: Loyola, 2011.

Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC). Marcha das Margaridas: histórico, demandas e impactos sociais. Disponível em: <<http://www.inesc.org.br/publicacoes/marcha-das-margaridas-historico-demandas-e-impactos-sociais/>>. Acesso em: 14 mai. 2023.

MARTINS, Ana Paula Antunes. Corporificação e visões de mundo da política feminista e de mulheres na contemporaneidade: diálogos, imagens

e discursos sobre marchas de mulheres (2012 – 2017). 2018. 276 f., il.
Tese (Doutorado em Sociologia)—Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

MARTINS, M. L. et al. Violência doméstica contra mulheres rurais: uma revisão integrativa. *Revista de Enfermagem Referência*, v. 5, n. 27.

MELUCCI, Alberto. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MELUCCI, Alberto. Teoria da ação coletiva. In: MELUCCI, Alberto. *Ação coletiva, vida cotidiana e democracia*. México: El Colegio de México, 1999. p. 25-54.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; GARCIA, José Fernando. Violência como questão de saúde pública. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 32, n. 7.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. *Mulheres do campo e da floresta: diretrizes e ações nacionais*. Brasília: MDA, 2011.

ONU Mulheres. Observatório de Igualdade de Gênero da América Latina e do Caribe. Disponível em: <https://oig.cepal.org/pt/politicas-justas#:~:text=A%20identifica%C3%A7%C3%A3o%20e%20an%C3%A1lise%20de,de%20representa%C3%A7%C3%A3o%2C%20fortalecendo%20as%20conquistas>. Acesso em: 14 mai. 2023.

PLATAFORMA POLÍTICA - MARCHA DAS MARGARIDAS 2019 - Por um Brasil com soberania popular, democracia, justiça e livre de violência. Disponível em: http://www.contag.org.br/imagens/ctg_file_1236339083_14082019151003.pdf. Acesso em: 21 abr. 2023.

REIS, Kátia; MEDEIROS, Rita. "Marcha das Margaridas: uma história de

luta e resistência das mulheres do campo, das florestas e das águas." *Revista Estudos Feministas*, v. 27, n. 2, 2019.

SANTANA, V. S. et al. Prevalência de violência por parceiro íntimo em mulheres usuárias de serviços de saúde.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

Secretaria de Políticas para as Mulheres. *Marcha das Margaridas: Balanço e Desafios*. Disponível em: <<https://www.gov.br/spm/pt-br/documentos/marcha-das-margaridas-balanco-e-desafios>>. Acesso em: 14 mai. 2023.

SILVA, Maria Claudia Ferreira. *Marcha das margaridas / Maria Claudia Ferreira da Silva*. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Aeroplano, 2014.

SILVEIRA, R. S.; NARDI, H. C. Interseccionalidade gênero, raça e etnia e a lei Maria da Penha.

SPERANDIO, N. et al. Políticas públicas e mulheres rurais: breve revisão de literatura.

SOZINHAS – Histórias de Mulheres que Sofrem Violência no Campo. Direção: Angela Bastos, Felipe Carneiro, Francisco Duarte, Júlia Pitthan, Maiara Santos, Ricardo Wolffenbüttel. Florianópolis - SC: Diário Catarinense, 2017. Categoria: Produção Jornalística em Multimídia.

TUBINO, Cristina. 70% das mulheres que sofrem agressão não denunciam, aponta pesquisa. *Jornal Nacional*. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2023/03/08/70percent-das-mulheres-que-sofrem-agressao-nao-denunciam-aponta-pesquisa.ghtml>. Acesso em: 03 mai. 2023.

VALADARES, Alexandre Arbex; PEDROSA, Cláudia Mara; FERREIRA,

Brancolina;SOUZA, Marcelo Galiza Pereira. Marcha das Margaridas: perfil socioeconômico e condições de vida das mulheres trabalhadoras do campo e da floresta. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Violência contra a mulher é maior no campo, dizem debatedoras.

Disponível em:<https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/secretarias/secretaria-da-mulher/noticias/violencia-contra-a-mulher-e-maior-no-campo-dizem-debatedoras>. Acesso em: 11 abril. 2023.

Texto Base Marcha das Margaridas 2000. "2000 RAZÕES PARA MARCHAR CONTRA A FOME, POBREZA E VIOLÊNCIA SEXISTA".

Disponível em: http://transformatoriomargaridas.org.br/sistema/wp-content/uploads/2015/02/1406227923wpdm_Texto-Base-Marcha-2000.pdf. Acesso em: 7 abr. 2023.

Texto Base Marcha das Margaridas 2003. "2003 RAZÕES PARA MARCHAR". Disponível em:

<http://transformatoriomargaridas.org.br/sistema/wp-content/uploads/2015/02/TEXTO-BASE.pdf>. Acesso em: 7 abr. 2023.

Texto Base Marcha das Margaridas 2007. "2007 RAZÕES PARA MARCHAR". Disponível em:

<http://transformatoriomargaridas.org.br/sistema/wp-content/uploads/2015/02/CADERNO-de-Textos-CNMTR.pdf>. Acesso em: 7 abr. 2023.

Texto Base Marcha das Margaridas 2011. "2011 RAZÕES PARA MARCHAR POR: DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COM JUSTIÇA, AUTONOMIA, IGUALDADE

E LIBERDADE". Disponível em:

<http://transformatoriomargaridas.org.br/sistema/wp-content/uploads/2015/02/Caderno-Marcha.pdf>. Acesso em: 7 abr. 2023.

Texto Base Marcha das Margaridas 2015. "MARGARIDAS SEGUEM EM MARCHA POR DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COM DEMOCRACIA, JUSTIÇA, AUTONOMIA, IGUALDADE E LIBERDADE". Disponível em: https://transformatoriomargaridas.org.br/?page_id=243. Acesso em: 7 abr. 2023.

WASELFISZ, J. J. Atlas da Violência 2021.